



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

Maria José Agues Cardoso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Monetária e Financeira

Doutor Emanuel Cláudio Reis Carvalho Leão

Professor Auxiliar com Agregação

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2017

Lombada


Instituto Universitário de Lisboa

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

Maria José Azeus Cardoso

outubro
2017

Dedicatória

À minha mãe Isabel Agues,
Saudades Eternas.

Agradecimentos

Para que esta dissertação fosse uma realidade foi fundamental a colaboração, amizade, orientação e incentivos que recebi de diversas pessoas. Expresso os meus agradecimentos, em especial:

Ao meu orientador Doutor Emanuel Reis Leão pela sua disponibilidade, atenção, apoio, acompanhamento e conhecimentos transmitidos na realização do trabalho, pois foram motivantes para o seu desenvolvimento.

À minha família que sempre me acompanhou e incentivou durante este percurso.

Aos professores do Mestrado em Economia Monetária e Financeira do ISCTE-IUL, agradeço pela qualidade da formação e conhecimentos transmitidos ao longo do curso.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram ao longo deste percurso.

A todas as pessoas das empresas/instituições que se disponibilizaram para responder o meu questionário e que, dessa forma, contribuíram para complementar, aprofundar e enriquecer este estudo.

Em suma, agradeço a todos que contribuíram, ainda que indiretamente, para a realização deste trabalho.

Muito obrigada a todos!

Resumo

A presente dissertação intitula-se crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde, tem como objetivos analisar o crédito malparado como principal risco para os bancos em Cabo Verde nos últimos sete anos (2010-2016), bem como traçar o perfil sociodemográfico e económico das famílias endividadas e identificar os principais fatores do crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias. Para concretizar esta análise utilizou-se os dados do Banco de Cabo Verde (agregados), Banco Comercial do Atlântico e da Caixa Económica de Cabo Verde (relatórios e contas).

O crédito ao setor privado concedido pelo setor bancário representa em média 63,7% do PIB entre 2010 e 2016. O crédito à habitação cresceu, em média, 3,7% representando em média 67,6% de crédito destinados a particulares e 34,4% do total de crédito ao setor privado entre 2010 e 2016.

O rácio do crédito malparado ou crédito vencido calculado pela circular 150 (crédito vencido/crédito total) foi em média de 10,5%. O incumprimento obtido pelo critério dos IAS/IFRS (crédito com imparidade/ crédito total) situou-se em média 14,5% e o crédito em risco (crédito em risco/crédito total) 19,5%. As condições salariais e o grau de endividamento dos particulares são os fatores apontados pelos bancos para justificar o nível de incumprimento, com especial atenção ao crédito à habitação. Relativamente as empresas, o nível de incumprimento está relacionados com os riscos associados à aquelas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas.

Fez-se ainda, a realização de inquérito a 100 famílias do bairro do Palmarejo – Cidade da Praia (amostra não representativa). Os resultados demonstram que os inquiridos em situação de incumprimento têm em média 3,48 prestações vencidas. Para além das características inerentes do próprio mutuário e do grau do endividamento, a conjuntura económica e a taxa de juro poderão dar origem a crédito malparado e ao sobre-endividamento.

Palavras-chaves: Crédito, Crédito malparado, incumprimento e sobre-endividamento.

Classificação JEL: G21, E51

Abstract

This thesis is called the bad loans and the over-indebtedness of the families in Cape Verde, aiming to analyse the bad loans as the main risk to the banks in Cape Verde in the last seven years (2010-2016), as well as to develop the sociodemographic and economic profile of the indebted families and identify the main factors of the bad loans and the over-indebtedness of the families. In order to implement this analysis, it was used the data of Banco de Cabo Verde (aggregates), Banco Comercial do Atlântico and Caixa Económica de Cabo Verde (reports and accounts).

The loan to the private sector awarded by the banking sector represents on average 63.7% of the GDP between 2010 and 2016. The housing loans increased on average 3.7% representing on average 67.6% of the loans for private customers and 34.4% of the total of loans to private sector between 2010 and 2016.

The ratio of the bad loans or overdue loan estimated by the circular 150 (overdue loan/total loan) was on average 10.5%. The non-fulfilment obtained by the IAS/IFRS loans (impaired loan/total loan) was on average 14.5% and the risk loan (risk loan/total loan) 19.5%. The working condition and the degree of the private customer indebtedness are the factors cited by the banks to justify the level of non-fulfilment, with special attention to housing loan. In what concerns to the companies, the level of the non-fulfilment is related to the risks associated to those with no organized accounts and to the collateral requirements.

There was carried out a survey for 100 families from a neighbourhood called Palmarejo-Praia city (non-representative sample). The results show that the respondents in situation of non-fulfilment have on average 3,48 overdue instalments. Apart from the characteristics inherent to borrower itself and the degree of indebtedness, the current economic situation and the interest rate could originate the bad loan and the over-indebtedness.

Keywords: loan, bad loan, non-fulfilment, over-indebtedness.

JEL classification : G21, E51

Conteúdo

Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II - Contextualização	3
Capítulo III - Setor bancário em Cabo Verde e crédito bancário	7
3.1 Setor bancário em Cabo Verde	7
3.2 Crédito bancário.....	8
3.2.1 Origem e definição do crédito	8
3.2.2 Endividamento das empresas não financeiras e particulares	8
3.2.3 Crédito bancário à habitação e outros fins	9
3.3 Risco de crédito	11
3.4 Política de crédito	13
3.5 Sobre-endividamento e incumprimento.....	14
3.6 Perfil dos devedores.....	15
3.6.1 Caraterísticas sociodemográficas	15
3.6.2 Caraterísticas económicas e envolventes macroeconómicas	15
3.6.3 Envolvimento bancário	16
3.7 Fatores que influenciam o sobre-endividamento	17
3.8 Mecanismos adotados face ao risco de incumprimento.....	18
3.9 Resumo	18
Capítulo IV - Metodologia e dados	19
4.1 Metodologia	19
4.1.1 Hipótese.....	19
4.2 Dados	20
Capítulo V – Indicadores Estatísticos	21
5.1 - Incumprimento do setor não financeiro.....	21
5.2 - Crédito Vencido.....	23
5.3 - Rácios	24

5.3.1 – Solvabilidade.....	24
5.3.2 - Cobertura de crédito.....	25
5.3.3 - Rácio de liquidez e rácio de transformação	26
5.3.4 – Rendibilidade, margem financeira e cost to income	26
Capítulo VI – Inquérito às famílias	28
6.1 – Descrição das Variáveis.....	28
6.1.1 – Variáveis sociodemográficas e económicas.....	28
6.1.2 – Número de créditos na banca	31
6.2 Créditos bancários por finalidade	32
6.3 Incumprimento dos mutuários	32
6.3.1 Distribuição do incumprimento do crédito	33
6.3.2 Prestação vencida	33
6.3.3 Motivos do incumprimento do crédito	35
6.4 – Perfil das famílias	36
Capítulo VII – Conclusão	37
Bibliografia.....	40
Anexos.....	44

Índice de tabelas

Tabela 1 - Índice de Hirschman-Herfindahl de crédito	7
Tabela 2 - Fatores estruturais e culturais que influenciam o sobre-endividamento	17
Tabela 3 - Qualidade da carteira de crédito	22
Tabela 4 - Rácio de crédito vencido da CECV por segmento	22
Tabela 5 - Crédito vencido	23
Tabela 6 - Crédito vencido das duas maiores instituições	24
Tabela 7 - Crédito vencido do BCA por segmento (peso)	24
Tabela 8 - Rácio de solvabilidade.....	25
Tabela 9 - Cobertura de crédito	26
Tabela 10 - Rácio de liquidez e de transformação.....	26
Tabela 11 - Rendibilidade, margem financeira e cost to income	27
Tabela 12 - Género e faixa etária dos mutuários	28
Tabela 13 - Estado civil.....	29
Tabela 14 - Género e número de créditos na banca.....	32
Tabela 15 - Distribuição de crédito por finalidade	32
Tabela 16 - Prestação em atraso de pagamento e entidade credora.....	33
Tabela 17 - Prestação em atraso de pagamento e género	33
Tabela 18 - Montante em atraso de pagamento	34
Tabela 19 - Crédito em incumprimento.....	35
Tabela 20 - Perfil das famílias	36

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Produto interno bruto (variação real em %)	3
Gráfico 2 - Inflação (taxa de variação média)	5
Gráfico 3 - Crédito ao setor privado (em % do PIB)	9
Gráfico 4 - Crédito à habitação	10
Gráfico 5 - Crédito para outros fins	11
Gráfico 6 - Taxa de desemprego	16
Gráfico 7 - Dimensão do agregado familiar	29
Gráfico 8 - Habilitação Literária	30
Gráfico 9 - Categoria Profissional	30
Gráfico 10 - Rendimento mensal líquido	31
Gráfico 11 - Número de créditos na banca	31
Gráfico 12 - Número de prestação em atraso	34
Gráfico 13 - Motivos do incumprimento de crédito	35

Índice de figuras

Figura 1 - Classificação do risco de crédito	12
--	----

Índice de Anexos

Anexo A - Índice HH de crédito.....	44
Anexo B - Depósitos a ordem e a prazo	45
Anexo C - Distribuição de crédito a empresas não financeiras	45
Anexo D - Características sociodemográficas e económicas das famílias em incumprimento.....	45
Anexo E - Número de crédito na banca.....	49
Anexo F - Número de prestação média vencida.....	49
Anexo G - Número médio de crédito na banca	50
Anexo H - Correlação Linear (Pearson)	50
Anexo I - Crédito em Risco - Anexa à circular série A nº166/2012	50
Anexo J - Inquérito (Questionário).....	50

Glossário de siglas

BAI – Banco Angolano de Investimentos

BCA – Banco Comercial do Atlântico

BCV – Banco de Cabo Verde

BCN – Banco Cabo-verdiano de Negócios

BI – Banco Interatlântico

BICV – Banco Internacional de Cabo Verde

CECV – Caixa Económica de Cabo Verde

ECV – Ecobank Cabo Verde, S.A.

IAS – International Accounting Standard

IDRF – Inquérito às despesas e receitas familiares

IFRS – International Financial Reporting Standard

IMC – Inquérito Multi-objetivo Contínuo

INE CV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

ISR – Instituições Sistemicamente Relevante

NB – Novo Banco

PIB – Produto interno bruto

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

Capítulo I – Introdução

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar o crédito malparado como principal risco para os bancos em Cabo Verde nos últimos sete anos (2010-2016), bem como traçar o perfil sociodemográfico e económico das famílias endividadas e identificar os principais fatores do crédito malparado e do sobre-endividamento das famílias.

A razão pertinente para o estudo prende-se com o elevado nível de incumprimento de crédito. O nível de incumprimento, medido pelo indicador da qualidade da carteira (circular nº 150 de 28/12/2009) teve um agravamento, aumentando os riscos à estabilidade financeira.

O crédito malparado e o sobre-endividamento estão correlacionados, isto é, a incapacidade de cumprimento do pagamento das prestações do crédito (sobre-endividamento) leva aos créditos incobráveis (crédito malparado).

O estudo incide-se não só na análise do crédito malparado, como também na probabilidade de existir uma relação entre as características inerentes dos mutuários, o endividamento e o sobre-endividamento.

Segundo Rodrigues (2012),” os elevados níveis de crédito nos orçamentos familiares associado ao crédito à habitação, à proliferação de cartões de crédito e ao surgimento de novos produtos de crédito com riscos mais elevados e nem sempre perceptíveis para os clientes bancários têm gerado situações de sobre-endividamento e de incumprimento, agravadas pela situação de crise económica e financeira.”

Relativamente a dados, foram utilizados os agregados do Banco de Cabo Verde de 2010 a 2016 (anual), do Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde (relatório e contas), Banco Mundial e o inquérito (questionário) aplicado às famílias do bairro do Palmarejo – Cidade da Praia (amostra não representativa). O método utilizado é análise do crédito vencido, em nível geral, construção e análise de indicadores económicos e financeiros e tratamento do inquérito através do software SPSS.

O trabalho de pesquisa permitiu concluir que o crédito vencido cresceu nos últimos sete anos (2010-2016). O incumprimento de crédito medido pelo indicador da qualidade da carteira - circular 150/2009 mostrou-se tendencialmente crescente. O incumprimento obtido pelo critério IAS/IFRS, isto é, o nível de crédito com imparidade é tendencialmente decrescente. O nível de incumprimento permanece ainda elevados, assim sendo um dos principais problemas do setor

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

bancário no país. O incumprimento dos particulares está relacionado com as características sociodemográficas e económicas, bem como o grau de envolvimento bancário.

A estrutura da dissertação está organizada em sete capítulos designadamente: o primeiro capítulo fez-se a apresentação da pergunta de investigação, os objetivos delineados, a justificação/motivação da escolha do tema em estudo, os dados e os métodos utilizados, descrição da estrutura do trabalho, os resumos de outros autores e das respostas encontradas.

O segundo capítulo descreve-se a realidade económica, bem como o relacionamento do incumprimento do crédito com a economia do país.

O terceiro capítulo apresenta-se a revisão da literatura, segundo alguns autores, sobre as conclusões e conceitos teóricos, relacionado com o setor bancário, crédito/endividamento, sobre-endividamento e incumprimento.

O quarto capítulo descreve-se a metodologia usada, formulação de hipótese e dados utilizados neste estudo.

O quinto capítulo é dedicado a análise dos principais indicadores estatísticos, ou seja, é o capítulo dedicado a análise de crédito malparado em Cabo Verde, com base nos dados anuais agregados do Banco de Cabo Verde, análise do crédito malparado do Banco Comercial do Atlântico e da Caixa Económica de Cabo Verde e análise dos rácios económicos e financeiros.

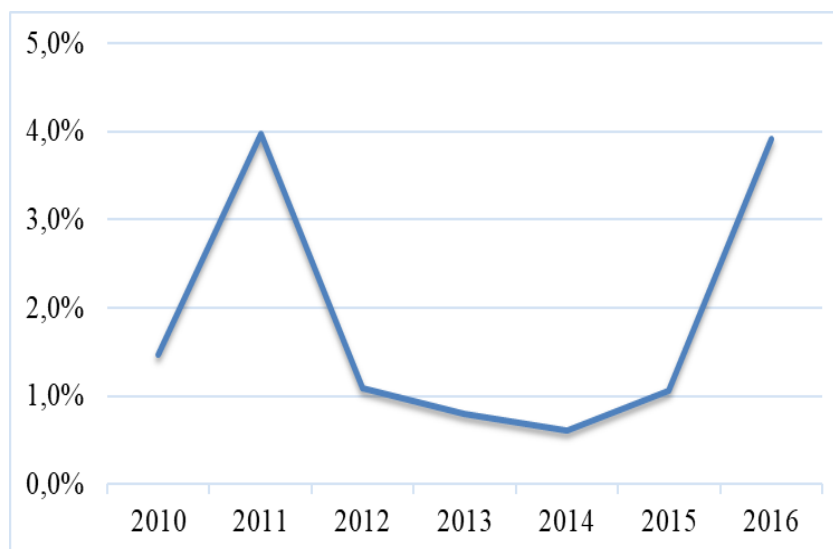
O sexto capítulo realiza-se a análise dos resultados do inquérito às famílias (através do software SPSS), recaindo sobre as características sociodemográficos e económico dos endividados, o grau de endividamento, o incumprimento e os motivos que estão na origem do incumprimento.

O último capítulo apresenta-se o resumo das principais conclusões, os resultados obtidos, as limitações encontradas e sugestões para trabalhos futuros.

Capítulo II - Contextualização

O produto interno bruto (variação real) cresceu em média 1,9% em Cabo Verde entre 2010 e 2016 (gráfico 1).

Gráfico 1 - Produto interno bruto (variação real em %)



Fonte: Banco Mundial (world development indicators)

A evolução do consumo privado e do investimento público foram determinantes para a recuperação da atividade económica em 2010. Para minimizar os efeitos da transmissão da crise mundial à economia foram implementadas um conjunto de medidas macroeconómicas, entre as quais, medidas de política monetária (redução de 1 pontos percentuais da taxa de referência do BCV nos finais de 2009, com efeito a partir de janeiro 2010, fixando-a em 4,25%), medidas de política orçamental (redução das taxas de impostos em 2009) e promoção da competitividade da economia a médio prazo, programa plurianual de investimentos públicos (BCV relatório anual de 2010).

O crescimento do PIB atingiu a taxa mais elevada de 3,97% em 2011 e de 3,9% em 2016. Sustentado, principalmente, pela dinâmica dos investimentos públicos e privados e pelo desempenho do turismo em 2011.

Em finais de 2011 o Banco de Cabo Verde aumentou as taxas de juro diretoras para 5,75%, de facilidade permanente de cedência para 8,75%, de facilidade de absorção de liquidez 3,25% e reservas obrigatórias para 18% (vigorar a partir do início de 2012) cujo objetivo estabilizar as reservas internacionais do país, defender a credibilidade do regime cambial de peg ao Euro,

bem como de reforçar a estabilidade financeira. As crises da dívida soberana e bancária contagiaram a economia do país via balança de pagamentos, com a redução dos influxos do investimento direto estrangeiro, redução das exportações de bens (começou a recuperar em 2013), ajuda pública ao desenvolvimento e desaceleração das remessas dos emigrantes para apoio familiar e para o investimento (BCV, relatório anual 2012 e 2013).

Os riscos à estabilidade financeira também continuaram a aumentar em 2013. O crédito malparado (crédito e juros vencidos) permaneceram elevado, condicionando as decisões de funcionamento da economia em 2013 (Tabela 3 e 5).

Devido ao fraco crescimento da economia em 2014 (0,6%) o BCV implementou um conjunto de medidas para estimular o financiamento dos projetos de investimento. Para influenciar o custo de financiamento do setor privado, as medidas monetárias implementadas incluíram a redução das taxas diretoras para 3,75% (redução de 200 pontos base), de redesconto para 7,75%, de facilidade de liquidez para 6,75% e facilidade de absorção de liquidez em 0,5% (redução de 50 pontos de base) entre março e agosto de 2014.

O financiamento da economia teve uma melhoria em consequência das medidas implementadas¹ (fevereiro de 2015) através da redução das taxas de juro de referência do banco central para 3,5 por cento (redução 0,25 por cento) e o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixas para 15 por cento (redução de 3 pontos percentuais), aumentou o volume de crédito ao setor privado, bem como as reduções das taxas de juro ativas (em média 0,95 pontos percentuais de fevereiro 2015 a dezembro 2016) e das taxas passivas (custo de funding) em média 0,48 pontos percentuais. Com a redução das taxas diretoras do banco central em fevereiro de 2015, os bancos flexibilizaram as condições de financiamento, reduzindo as taxas de juro ativas e taxas passivas e aumentando assim o volume de crédito ao setor privado.

Em 2016, a recuperação da economia europeia, principal parceiro comercial e financiador de Cabo Verde cresceu em termos reais (estimulada pelo aumento do consumo privado e exportações) teve um impacto positivo sobre país, em particular através do turismo, de

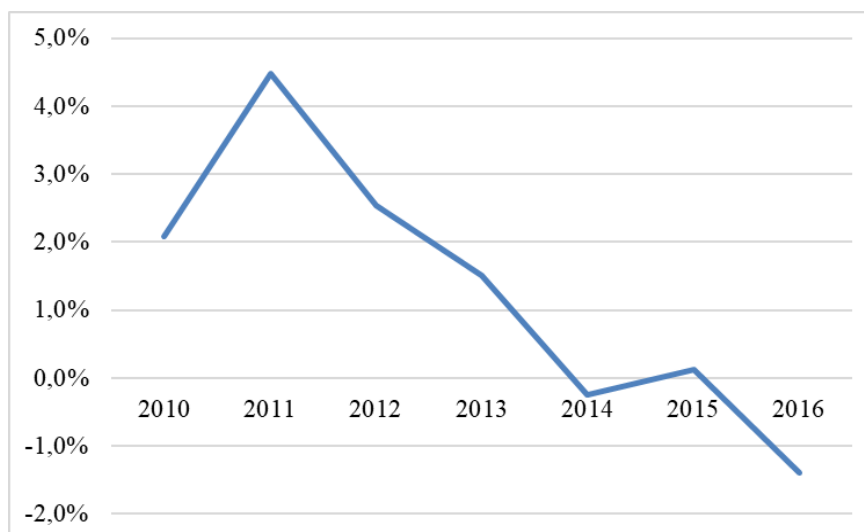
¹ Em fevereiro de 2015 o Banco de Cabo Verde implementou algumas medidas para incentivar o financiamento dos investimentos: a redução da taxa de reservas mínimas em 3 pontos percentuais para 15%; a diminuição da taxa diretora em 25 pontos base para 3,5%; a redução da taxa da facilidade permanente de absorção de liquidez em 25 pontos base para 0,25%. As taxas da facilidade e de redesconto, por estarem indexadas à taxa diretora, registaram também uma diminuição de 25 pontos base, para 6,5 e 7,5%, respetivamente.

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

investimento direto estrangeiro, à rentabilidade e ao investimento. Tendo contribuído, do lado da oferta, o desempenho da administração pública, impostos líquidos de subsídios, indústrias transformadoras e da agricultura. A melhoria da atividade económica estará a refletir alguma recuperação da confiança dos agentes económicos, bem como a redução das restrições para o acesso ao financiamento do sector privado.

A nível de preços, a inflação situa-se em média 1,3% entre 2010 e 2016. A taxa de variação média do índice de preços no consumidor atingiu 4,5% em 2011 teve impacto nos preços domésticos, resultado da aceleração dos preços internacionais dos produtos importados (bens energéticos e alimentares transformados). Em 2014 teve uma redução expressiva de preços das matérias-primas energéticas (a inflação fixou-se em -0,2%). A deflação de preços no consumidor e desinflação de preços no produtor (-1,4%) teve impacto positivo na economia do país em 2016.

Gráfico 2 - Inflação (taxa de variação média)



Fonte: World Development Indicators e Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

A taxa de desemprego fixou-se em média 14,2% entre 2010 e 2016. O mercado de trabalho registou melhorias, tendo a taxa de desemprego mais reduzido do país em 10,7% em 2010 e 12,4% em 2015. O desemprego atingiu níveis elevados em 16,8% em 2012 e 16,4% em 2013, afetando sobretudo os jovens à procura do primeiro emprego (INE, 2010-2016).

O setor bancário registou-se o aumento sensível da rentabilidade e redução dos níveis de incumprimento em 2015. No entanto, persiste, ainda o incumprimento em níveis elevados e permanecem os potenciais fatores à materialização do risco de crédito em patamares relevantes. “O elevado nível de incumprimento no sistema e a alta concentração setorial do crédito nas

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

duas maiores instituições (Instituições Sistemicamente Relevantes) apontam no sentido de risco de perdas potenciais materialmente relevantes” (Lusa, 20 de julho de 2016). O BCV considera que constitui um risco para as instituições a manutenção em níveis ainda não adequados ao perfil de risco que assumem.

De acordo com o jornal A Nação (outubro 2016), “o Fundo Monetário Internacional mostrou-se preocupado e considera que os bancos em Cabo Verde estão onerados pelo grande volume de créditos malparados, em parte, devido ao baixo desempenho da economia cabo-verdiana entre 2012 e 2015”.

A economia Cabo-verdiana retomou a aceleração entre 2015 e 2016, mas ainda persistem vulnerabilidades relacionadas com a elevada concentração da atividade económica em determinados setores e riscos macrofinanceiros (o nível de crédito malparado, os elevados custos e de risco de projetos empresariais, a baixa empregabilidade e outros) que interpelam à implementação de reformas.

Capítulo III - Setor bancário em Cabo Verde e crédito bancário

3.1 Setor bancário em Cabo Verde

A estrutura do setor bancário em Cabo Verde continua a totalizar-se oito instituições de crédito² em atividade no país (até 2016). O setor é concentrado nas duas instituições dominantes – ISR (Banco Comercial do Atlântico e a Caixa Económica de Cabo Verde) nos mercados de crédito e de depósitos. A concentração do setor bancário, medida pelo índice de Hirschman-Herfindahl (IHH)³, mostra-se bastante elevado, apesar da sua tendência decrescente entre dezembro 2010 a dezembro 2016. O IHH de crédito situa-se em média 2819,29 entre 2010 e 2016.

Segundo Mateus (2000) “o funcionamento eficiente de qualquer sistema bancário é o seu grau de competitividade”.

Tabela 1 - Índice de Hirschman-Herfindahl de crédito

	dez-10	dez-11	dez-12	dez-13	dez-14	dez-15	dez-16
	Valores						
IHH - Crédito	3 004,00	2 942,00	2 835,10	2 769,00	2 762,00	2 745,70	2 677,20
R1 (*)	43%	42%	41%	40%	40%	39%	38%
R2 (**)	72%	72%	70%	69%	69%	69%	68%

Fonte: Banco de Cabo Verde (relatórios de estabilidade financeira 2010 a 2016)⁴

A concentração das duas maiores instituições bancárias de dezembro 2010 a dezembro 2016 representa, em média, uma quota de mercado de crédito de 69,9%. O índice de concentração em relação à maior instituição bancária revela em média 40,4% entre 2010 e 2016.

A dinâmica da atividade de intermediação financeira encontra-se também refletida no aumento das operações, pelo nível da captação de depósitos e da concessão de crédito, pelo nível da

² BAI, BCA, BCN, BI, BICV, CECV, ECV e NB.

³ O Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado, varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o setor está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.

⁴ *Índice de concentração em relação à maior instituição bancária de Cabo Verde.

** Índice de concentração em relação às duas maiores instituições bancárias de Cabo Verde

prestação de mais e melhores serviços. Os depósitos, em particular os depósitos à ordem, vêm crescendo de forma acelerada, enquanto que os depósitos a prazo, em especial os de emigrantes, vêm representando um importante contributo para o financiamento da economia. Os depósitos à ordem e o depósito a prazo e as poupanças dos emigrantes cresceram em média 5,1% e 4,9% entre 2010 e 2016 (Anexo B).

3.2 Crédito bancário

3.2.1 Origem e definição do crédito

Segundo Cabido (1999) “o crédito tem a sua origem etimológica no termo latino “credere” que significa: acreditar confiar; a confiança é, assim, à partida um elemento base e fundamental em toda e qualquer operação de crédito; ou seja: a convicção firme por parte de quem empresta e de quem pede emprestado vai restituir ou pagar o seu valor equivalente na data acordada”.

“O crédito bancário é um direito que um banco adquire, através de uma entrega inicial em dinheiro a um cliente, de receber desse cliente, o devedor, em datas futuras, uma ou várias prestações em dinheiro cujo valor total é igual ao da entrega inicial, acrescida de juros” (Nunes et al., 2002:1.9).

3.2.2 Endividamento das empresas não financeiras e particulares

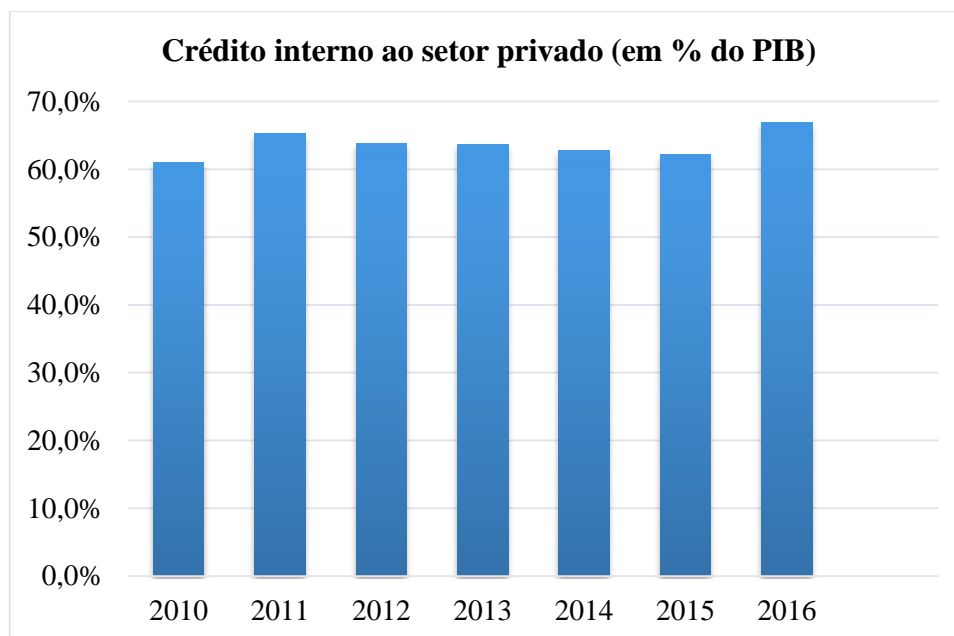
Segundo Marques et al. (2000) entende-se por endividamento o saldo devedor de um indivíduo ou de agregado familiar. Sendo o crédito a particulares (habitação e consumo) a principal fonte do endividamento. Pode resultar apenas de uma dívida ou de mais do que uma em simultâneo, utilizando-se, neste último caso, a expressão multe endividamento. Utiliza-se o conceito de endividamento global quando se combinam dívidas de crédito com outras dívidas (por exemplo, dívidas de serviços, dívidas fiscais, etc).

O crédito interno ao setor privado concedido pelo setor bancário representa, em média, 63,7% do PIB entre 2010 e 2016. Em 2010 os empréstimos bancários tem contribuído crescentemente para o financiamento das necessidades de consumo e de investimento do setor privado. A redução de crédito ao setor privado nesses períodos (2012-2015) teve como principal fator o acesso ao crédito para financiamento das suas atividades correntes e expansão.

Em 2014 o crédito estagnou não só devido ao aumento da restritividade na análise dos riscos pelos bancos, mas também, devido a uma certa carência de projetos bancáveis (em função de alguma inibição da procura por parte de empresas sobre endividadas e falta de acesso de outras)

e à lenta adaptação do seu negócio (em termos de infraestruturas e de produtos) à procura de financiamento de micro e pequenos empreendimentos (BCV, relatório anual 2014).

Gráfico 3 - Crédito ao setor privado (em % do PIB)



Fonte: Banco Mundial (World Development Indicators)

O crédito a empresas não financeiras cresceu, em média 5,8% entre 2010 e 2016. Os principais devedores no segmento empresa estão ligados ao setor de “transportes e comunicações”, “eletricidade, água e gás”, “comércio, restaurante e hotéis” e “serviços sociais e pessoais” que cresceram em média, 16,0%, 8,3%, 7,2% e 2,8% respetivamente (Anexo C)⁵.

3.2.3 Crédito bancário à habitação e outros fins

Crédito à habitação é o crédito concedido pelas instituições de crédito para aquisição, construção, beneficiação, recuperação ou ampliação de casa própria para habitação permanente ou para arrendamento. A sua contratação é, pois, uma das decisões mais importantes a ser tomada na vida financeira do cliente bancário, com implicações diretas no seu orçamento

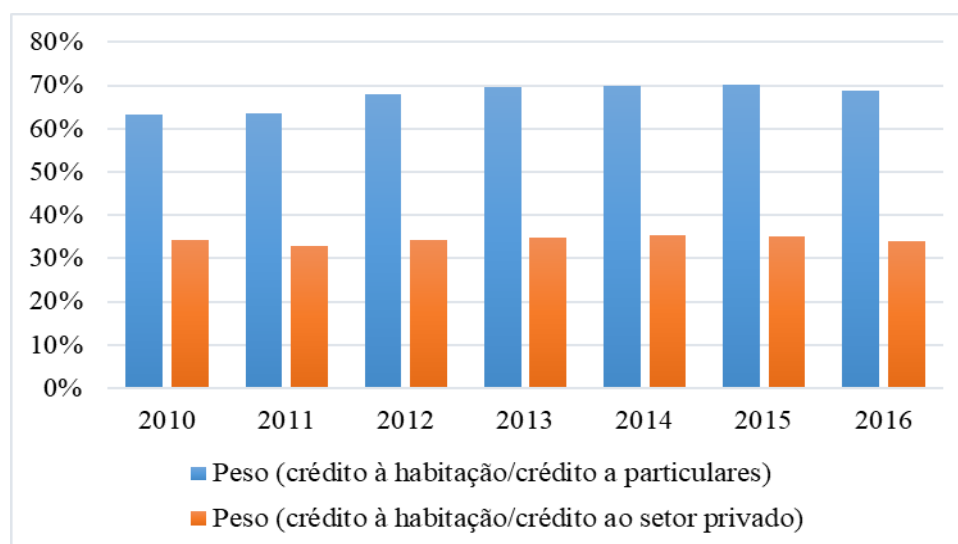
⁵ Em 2016 o setor de transportes e comunicações cresceram 3,4%; eletricidade, água e gás em 10,2%; comércio, restaurantes e hotéis cresceram 5,1% e serviços sociais e pessoais em 11,7% (BCV - relatório de estabilidade financeira de 2016). Os restantes devedores (dados até 2015).

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

familiar.⁶ São créditos que podem ter prazos bastante longos, centrando-se os prazos máximos em 30 anos.

O crédito à habitação cresceu em média 3,7%, representando em média 67,6% do total de crédito destinados a particulares e 34,4% do total do crédito ao setor privado entre 2010 e 2016. É considerado o crédito de menor risco. Os empréstimos devem garantidos por hipoteca da habitação adquirida, construída ou objeto de obras financiadas, incluindo o terreno. A garantia pode ser substituída, total ou parcialmente, por hipoteca de outro prédio. Em reforço da garantia pode ser constituído o seguro de vida do mutuário em valor não inferior ao montante do empréstimo em dívida (decreto-lei n°37/2010, artigo 9º números 1,2 e 3).

Gráfico 4 - Crédito à habitação



Fonte: Banco de Cabo Verde (relatórios de estabilidade financeira 2010-2016)

Em Cabo Verde são os seguintes os regimes de crédito à habitação existentes à luz da legislação em vigor⁷: regime geral de crédito, crédito bonificado e crédito jovem bonificado. A bonificação de crédito é determinada em função do número de agregado familiar, do seu rendimento bruto e da idade dos beneficiários, quando for o caso de bonificação jovem (soma da idade do casal não exceda 60 anos e nenhum dos membros do casal tenha mais de 35 anos

⁶ Cadernos do Banco de Cabo Verde – Crédito à habitação

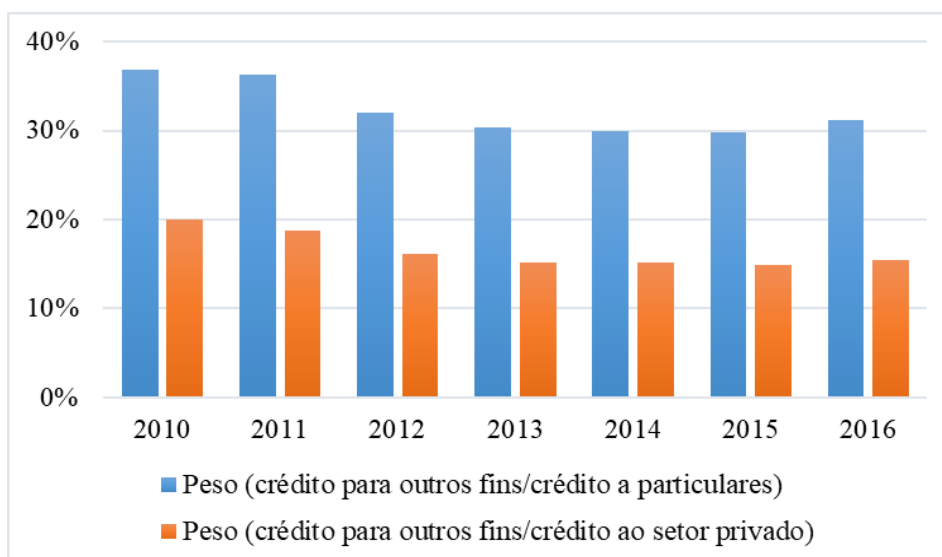
⁷ Regulado pelo Decreto-Lei n° 37/2010 de 27 de Setembro, que determina as condições de acesso ao crédito para aquisição, construção, beneficiação e recuperação ou ampliação de habitação própria própria permanente ou para arrendamento e aquisição de terreno para construção de habitação, no regime geral, bonificado e jovem bonificado.

ou, tratando de uma pessoa só, após maioridade e não tenha mais de 30 anos (portaria nº62/2010, artigo 2º)⁸.

“Uma subida das taxas diretoras do banco central faz aumentar as taxas de juro do crédito bancário. E conseqüentemente aumenta os custos de obtenção de crédito bancário, resulta uma menor procura de habitação. Conseqüentemente, a subida das taxas de juro tem um efeito negativo no preço da habitação” (Leão et al., 2011:156-157).

O crédito para outros fins representa, em média, 32,3% do total de crédito destinados a particulares e 16,5% do total de crédito ao setor privado entre 2010 e 2016. São considerados principalmente, créditos para a aquisição de automóveis, formação, consumo, cartões de créditos e outros. Portanto, é considerado o segmento de maior risco (BCV, 2016).

Gráfico 5 - Crédito para outros fins



Fonte: BCV (relatórios de estabilidade financeira 2010 a 2016)

3.3 Risco de crédito

Segundos Nunes et al. (2002) e Dermine (2010) “o risco de crédito é o prejuízo potencial decorrente da operação, ou seja, refere-se ao não pagamento pontual de juros e/ou do principal sobre um empréstimo por parte do mutuário”.

O banco deve analisar a situação do proponente de um crédito, com vista a averiguar a sua capacidade para honrar os seus compromissos. Esta análise envolve todos os fatores que possam

⁸ Portaria nº62/2010 – regula os regimes de crédito bonificado à habitação.

influencia tal capacidade. “A avaliação de crédito consiste numa apreciação crítica da rendibilidade esperada da operação de crédito, no contexto das condições económicas e financeiras da contraparte dessa operação” (De Carvalho, 2009:110).

O que significa que, mais do que compromissos financeiros que vai assumir ou já assumiu, a avaliação de crédito incide na adequação desses compromissos aos propósitos e ao retorno pretendido para o investimento subjacente. A apreciação deve equacionar o custo e o risco de crédito, por um lado, e o lucro esperado decorrente da concessão de crédito, por outro.

Assim, distingue-se quatro tipos de risco⁹, (Da Silva, 2014:58-61):

Figura 1 - Classificação do risco de crédito



Fonte: Produção própria com base no autor (Da Silva, 2014:58-61)

Para a avaliação do risco de operações de crédito utilizam-se modelos de rating, que atribuem, a cada operação, uma notação que identifica o nível de risco associado (Nunes et al., 2002:6.22). Consiste numa classificação do risco de crédito de uma entidade (De Carvalho, 2009:118).

Segundo Vaz (1999) “o scoring é uma técnica base estatística que visa sintetizar o risco de incumprimento de um crédito por meio de uma nota ou “score”, utilizada no crédito a

⁹ Da Silva (2014:58-61), o risco da administração do crédito refere-se a política adequada da diversificação da carteira. O risco do cliente ou risco intrínseco é inerente ao devedor e decorre das suas características. O não cumprimento da promessa de pagamento pelo devedor pode decorrer de um conjunto de fatores associados ao próprio devedor. O risco de operação compreender a natureza da mesma e as garantias associadas. As principais componentes (produto, montante, prazo, forma de pagamento, garantia e preço) e o risco de concentração decorre da composição da carteira de crédito, quanto à maior ou menor concentração que a mesma apresenta.

particulares, (crédito ao consumo de pequeno montante, empréstimos pessoais e cartões de crédito) para os quais se exige resposta rápida e procedimentos simplificados”.

Esta técnica estatísticas que consiste na recolha e tratamento de informações relativas, visando a análise objetiva do risco, procurando avaliar a capacidade e solvabilidade do cliente. “Os sistemas de crédito scoring são baseadas em análise discriminante de fatores de incumprimento, que utilizam a informação sobre os clientes para determinar o segmento a que pertencem e o correspondente risco, permitindo dividir o mercado de particulares em segmentos de risco semelhante” (Nunes, et al., 2002:5.6). A análise de risco por segmento é um dos elementos que diferencia o crédito a particulares do crédito às empresas, trazendo vantagens acrescidas em termos de rendibilidade.

3.4 Política de crédito

Segundo Batista (1995) e De Carvalho (2009) “as políticas de crédito são conjuntos de regras/normas de natureza comercial, financeira e operacional que servem de orientação para a concessão e gestão de crédito. Um dos objetivos de uma política de crédito é assegurar que os devedores paguem conforme foi acordado previamente. A política de crédito ótima será a que concilia a minimização da soma de todos os custos com a satisfação dos clientes”.

Segundo os autores a classificação da política de crédito adotada é feita em função do grau de tolerância ao risco de crédito e, por consequência, da exposição que a organização está disposta a assumir face a esse risco, em contrapartida de uma determinada rendibilidade. Distinguem-se três políticas básicas de crédito: política de crédito restritiva, moderada e liberal¹⁰.

Para analisar o desenvolvimento do mercado de crédito, Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente um inquérito aos bancos, com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre as políticas de crédito seguidas e as condições no mercado de crédito. Em 2014 e 2015

¹⁰(De Carvalho, 2000:71-72) - **Tipos de política de crédito**

Política de crédito restritiva que têm como finalidade primordial minimizar o valor dos incobráveis, através de um processo de controlo apertado ao longo de todo o ciclo de crédito, desde a concessão até à cobrança. **Política de crédito moderada** nesta política não existe flexibilização total das condições de crédito, pois o risco total da carteira de crédito é acompanhado. São aprovadas operações de crédito que por vezes assumem um nível de risco expressivo, mas desde que tal não impacte no risco global da carteira de crédito. **Política de Crédito liberal** enquadram-se as políticas que visam estimular o crescimento do volume de negócios, utilizando como ferramenta a flexibilização das condições de crédito, quer em termos da sua aprovação, quer em termos dos prazos concedidos.

aumentou a restritividade dos critérios de aprovação de empréstimos a empresas não financeiras (associados às características da procura, direcionada sobretudo para reestruturação de dívidas e devido ao nível de incumprimento elevado bem como aos riscos de crédito de empresas sem contabilidade organizada) de acordo com os bancos. Em 2016 os termos e condições gerais de concessão de empréstimos as empresas e os particulares tornaram-se menos restritivos, refletindo-se num menor spread aplicado aos empréstimos de risco médio. A perceção dos riscos, o nível de tolerância ao risco e o custo de financiamento e restrições de balanço terão tido impacto negativo nas garantias exigidas, no spread aplicado nos empréstimos de maior risco e nas comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro (BCV, relatório anual 2014, 2015 e 2016).

3.5 Sobre-endividamento e incumprimento

O endividamento só se transforma num problema quando ocorre incumprimento, agravando-se a situação quando os rendimentos do agregado familiar não comportam os seus compromissos financeiros, isto é, quando existe sobre-endividamento.

Segundo Marques et al. (2000) “o sobre-endividamento também designado por falência ou insolvência de consumidores, refere-se às situações em que o devedor se vê impossibilitado, de uma forma durável ou estrutural e de pagar o conjunto das suas dívidas”. Ou seja, refere-se às situações conducentes à impossibilidade de pagamento por insuficiência de rendimentos.

O sobre-endividamento ativo ocorre quando o devedor contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento. O sobre-endividamento passivo é o resultado da ocorrência de circunstâncias não previsíveis e que afetam de forma grave a capacidade de reembolso do devedor (por exemplo, divórcio, desemprego, doença ou morte de um elemento do agregado familiar, conjuntura económica desfavorável), colocando-o em situação de impossibilidade de cumprir os seus compromissos financeiros (OEC, 2002:9).

O endividamento pode gerar incumprimento, isto é, situações de não pagamento atempado das prestações em dívida pelo devedor. Normalmente, as instituições financeiras consideram que há incumprimento ao fim de três prestações em atraso e incumprimento definitivo quando se esgotam as possibilidades de renegociação e se inicia a ação judicial (Marques et al., 2000:1).

O incumprimento não implica necessariamente incapacidade, mesmo temporária, de o devedor proceder ao pagamento. Refere-se a crédito em mora e refletirá a política de crédito que a organização adotou e os fatores que lhe estão subjacentes.

3.6 Perfil dos devedores

3.6.1 Caraterísticas sociodemográficas

Segundo Cameron e Golby (1990) “a idade está negativamente correlacionada com a quantidade de dívidas mantidas pelos agregados. O montante da dívida está relacionado com o ciclo de vida em que se encontra o agregado”. De acordo com Boddington e Kemp (1999) “os homens têm montantes de dívidas superiores ao das mulheres”. Segundo Steidle (1994) “quando é casado, os gastos com o cartão de crédito são superiores”. Segundo Godwin (1998) “a dimensão do agregado familiar está positivamente relacionado com o aumento do endividamento do agregado”. Os indivíduos endividados tendem a ter um maior número de filhos e, portanto, maiores despesas, incorrendo frequentemente em situações de incumprimento. Segundo Lea et al. (1993) “os agregados com menor formação escolar e os agregados com uma formação de nível superior tendem a apresentar maior número de dívidas”. As pessoas empregadas, tendem a apresentar um maior número de dívidas.

3.6.2 Caraterísticas económicas e envolventes macroeconómicas

De acordo com Chien e Devaney (2001) “os indivíduos com rendimentos elevados tem atitudes mais favoráveis perante ao crédito do que os indivíduos com baixo rendimento (jovens no início da carreira profissional)”.

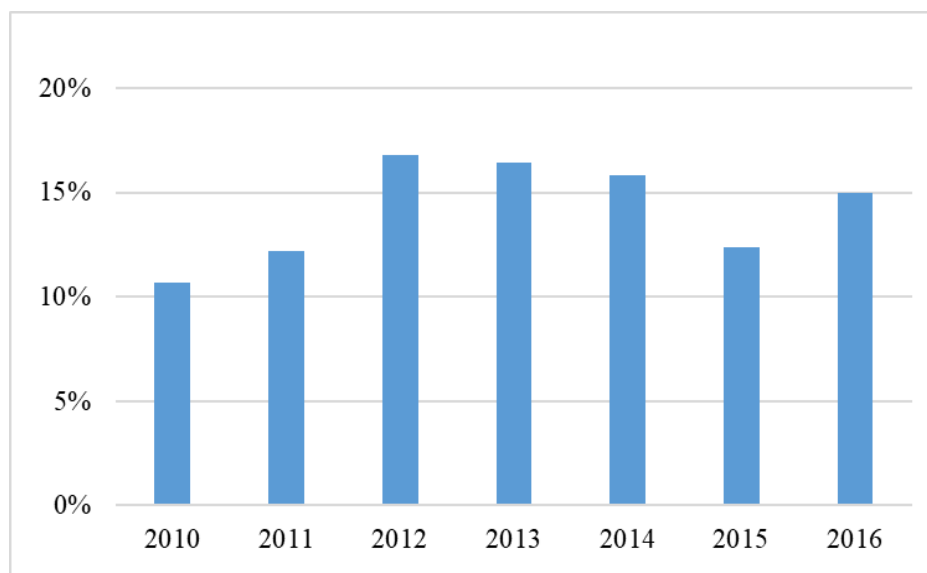
Dado o prazo tendencialmente longo do crédito à habitação, pode conduzir a situações de incumprimento num cenário de subida das taxas de juro, de alteração do rendimento disponível das famílias ou de mudanças nas condições de emprego ao longo das carreiras profissionais.

Para além das implicações económicas em termos pessoais e familiares, o sobre-endividamento produz efeito sobre o setor real da economia. A proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado (bens de consumo duradouro), via racionamento de crédito (OEC, 2002:5).

A alteração (redução) do rendimento disponível dos mutuários é um dos principais motivos para o incumprimento, mas existem outros, tais como, o divórcio, o desemprego, a doença e etc. Os concelhos de São vicente, Praia e São Filipe apresentam a maior taxa do divórcio do país, 1,8%, 1,1% e 1,4%, respetivamente (INE, IMC 2014). O desemprego em Cabo Verde atinge principalmente os jovens (15-24 anos). Os mais afetados com esta problemática são os concelhos da Praia, Santa Catarina de Santiago, São Vicente, Ribeira Grande de Santiago,

Ribeira Brava e Porto Novo. A taxa média do desemprego no país é de 14,2% entre 2010 e 2016.

Gráfico 6 - Taxa de desemprego



Fonte: INE Cabo Verde

“Se o mutuário ficar doente, o rendimento reduz-se e a capacidade de saldar as dívidas, agravada por vezes com o aumento de custo de saúde: medicamentos, consultas, análises e outros” (Cardoso, 2011:28). Os bancos solicitam o seguro de vida (empréstimo habitação) para minimizar o incumprimento em caso de morte.

3.6.3 Envolvimento bancário

3.6.3.1 Número de créditos na banca

As famílias com valores elevados de créditos estão mais expostas a riscos inerentes de alterações de uma subida da taxa de juro e das fontes de rendimentos.

3.6.3.2 Taxa de esforço

A taxa de esforço corresponde a percentagem do rendimento familiar destinada ao pagamento das prestações de créditos que tenham sido contraídos. Quanto maior for o peso deste tipo de despesas no orçamento familiar, maior o risco de surgirem dificuldades financeiras, caso ocorra um imprevisto, como uma subida de taxa de juro, desemprego, doença ou divórcio. É dado pelo rácio entre o serviço da dívida – juros mais amortização do (s) empréstimo (s) e o rendimento

disponível, num determinado período¹¹. Segundo outras fontes que pediram anonimato a taxa de esforço nas duas maiores instituições BCA e CECV situa-se entre 40% e 45% do rendimento mensal.

“Os elementos relevantes para a análise da sustentabilidade do crescimento do crédito e da capacidade de solvência dos particulares são o grau de esforço e a sua evolução” (Marques et al., 2000:3).

3.7 Fatores que influenciam o sobre-endividamento

“A expansão do crédito e o sobre-endividamento são duas faces da mesma moeda (ainda que a dimensão deste varie em função de outros fatores e não apenas do crédito concedido), de tal modo que lidar sem interditos com a primeira implica fazer o mesmo com a segunda” (Marques, et al., 2000:1).

Segundo Braucher (2006) “o sobre-endividamento pode ser compreendido através dos fatores estruturais e culturais”:

Tabela 2 - Fatores estruturais e culturais que influenciam o sobre-endividamento

Structures	
1 - Driving supply of credit <ul style="list-style-type: none">* Regulatory environment (deregulation)* Creditor's sophisticated techniques (e.g., marketing, risk-spreading collection)* Weak competition in some sectors	2 - Driving demand for credit <ul style="list-style-type: none">* Income insecurity/wage stagnation* Lack of health insurance* Other safety net holes (disability, unemployment insurance)* Family break-up* Cognitive biases (e.g., optimism)
Culture	
3 - Affecting supply <ul style="list-style-type: none">* Ideology of free market* Hard-edged creditor culture<ul style="list-style-type: none">Marketing to already over-indebtedTargeting disadvantagedExploiting minority cultureHigh-pressure collection	4 - Affecting demand <ul style="list-style-type: none">* Culture of satisfying desires* Raised expectations (TV images)* Borrowing more accepted* Saving less common* Lack of financial sophistication

Fonte: adaptada com base Jean Braucher Theories of Overindebtedness: Interaction of Structure and Culture (paper 06.04:16)

¹¹ Cadernos do Banco de Cabo Verde – Crédito à habitação

3.8 Mecanismos adotados face ao risco de incumprimento

Segundo Rodrigues (2012) “a rigorosa avaliação da capacidade financeira do cliente por parte das instituições de crédito, adequando os produtos às suas características, contribui para prevenir o sobre-endividamento e o incumprimento do crédito”.

A informação prestada pela instituição de crédito na fase pré-contratual é fundamental para uma decisão correta por parte do potencial mutuário. Esta informação deve ser rigorosa e transparente e que permita a comparação com diferentes alternativas de crédito, procurando a adequação dos produtos de crédito ao perfil de risco do cliente, assim como a criação de produtos simples. Para garantir que os clientes compreendam a informação que lhes é fornecida, e para que possam tomar decisões informadas, reconhece-se a necessidade de promover a formação financeira dos cidadãos.

3.9 Resumo

O setor bancário está altamente concentrado nas duas instituições dominantes no mercado de crédito e depósito. O crédito concedido a setor privado decresceu entre 2012 e 2015 (em 2016 retomou o crescimento), devido a acesso ao financiamento das suas atividades correntes, de expansão, aumento da restritividade na análise de riscos, carência de projetos bancáveis e lenta adaptação do negócio. A maior parte de créditos concedidos a particulares são destinados a aquisição de habitação própria e para o investimento (menor risco).

Além das características inerentes do próprio mutuário, alterações no rendimento disponível, o grau do endividamento, a conjuntura económica, a taxa de juro, o desemprego, o divórcio, a doença são os fatores que estão na origem do sobre-endividamento e do incumprimento.

Capítulo IV - Metodologia e dados

4.1 Metodologia

O trabalho se baseia na análise de variáveis (crédito malparado, crédito/endividamento e incumprimento do setor não financeiro – empresas e particulares e sobre-endividamento dos particulares/famílias), rácios, medidas de estatística descritiva (média, moda, mediana e coeficiente de correlação de Pearson), análise da legislação e artigos da imprensa. A análise das variáveis através da construção de gráficos, tabelas/quadros que mostrem a evolução de uma variável e relação entre duas variáveis ao longo de sete anos (2010-2016), cálculo e análise de rácios (rácio de solvabilidade, rentabilidade de ativos e de capitais próprios, cobertura de crédito, provisões, margem financeira, cost to income, liquidez e transformação) e análise da sua evolução (em média) durante este período.

Também para responder os objetivos delineados foi utilizado o software SPSS para tratamento de um inquérito (questionário). Com base neste método foi traçado o perfil sociodemográfico (sexo, faixa etária, estado civil, habilitação literária, categoria profissional e dimensão do agregado familiar) e económico (rendimento disponível) das famílias endividadas, bem como o grau de envolvimento bancário (números de crédito na banca), o incumprimento dos mutuários (números de prestação de crédito em atraso de pagamento) e os diversos motivos do incumprimento. Fez-se a análise da documentação legal, entre os quais, “Anexa circular A, nº150/2009 de 28 de dezembro sobre a divulgação do indicador de referência para avaliação da qualidade de crédito”, “Anexa circular A nº 166/2012 de 02 de novembro sobre o crédito em risco”, “Decreto-lei nº37/2010 de 27 de setembro que regula as condições de acesso ao crédito para habitação, no regime geral, bonificado e jovem bonificado e portaria nº62/2010 de 27 de dezembro que regula os regimes de crédito bonificado à habitação.

4.1.1 Hipótese

Com base nos objetivos propostos e na metodologia usada vamos testar a seguinte hipótese: Hipótese 1: O incumprimento de crédito está associado as características intrínsecas às famílias. A literatura realça que as variáveis sociodemográficas, económicas, externas e crédito estão relacionadas com a probabilidade do sobre-endividamento, com enfoque no género, estado civil, situação laboral, habilitações literárias, dimensão do agregado familiar e rendimento disponível. Para testar essa hipótese fez-se o tratamento de um inquérito, através do software SPSS. Com

base neste método foi traçado o perfil sociodemográfico e económico das famílias endividadas bem como o grau de envolvimento bancário e o incumprimento das famílias.

4.2 Dados

A recolha e obtenção de dados se baseia numa pesquisa qualitativa e descritiva através de dados estatísticos e da população de Cabo Verde, especialmente, da cidade da Praia.

Os dados obtidos para o estudo têm como base o Banco de Cabo Verde, o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), o Banco Comercial do Atlântico (BCA), a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), Banco Mundial e o inquérito (questionários) aplicado às famílias do bairro de Palmarejo – Cidade da Praia (amostra não representativa).

O Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEEE) do Banco de Cabo Verde, disponibiliza informações anuais sobre a estabilidade financeira do país no período 2010 a 2016 e outras informações foram obtidas do site do BCV. Estas informações permitem-nos fazer uma análise do endividamento do setor não financeiro (famílias e empresas), dos depósitos, taxas de juros, crédito vencido, dos indicadores financeiros e económicos e outras estatísticas. Estas variáveis são reais e estão expressas em escudos Cabo-verdianos e em percentagem.

As informações fornecidas pelo Banco de Cabo Verde são agregadas sobre o endividamento e o incumprimento, não permitindo cruzar a informação de natureza financeira com os dados de natureza socioeconómica das famílias endividadas. Os dados referidos não nos permitem identificar o incumprimento do setor não financeiro (empresas e particulares) por segmento. Ainda, através dos relatórios e contas do BCA e da CECV fez-se a recolha dos dados sobre o crédito vencido entre 2010 e 2016.

Os dados do INE, relativamente a população, conjuntura económica das famílias, condições de vida e entres outros estão atualizados até ao ano 2010 (censo 2010), os inquéritos multiobjectivo contínuo (IMC 2014) sobre as estatísticas das famílias e condições de vida e o inquérito às despesas e receitas familiares (IDRF 2015).

Para relacionar o incumprimento de crédito com o perfil dos devedores recorreu-se a amostra (não representativa) de 100 inquiridos (famílias). Procedeu-se o tratamento do inquérito através do software SPSS cujo principal objetivo é traçar o perfil sociodemográfico e económico (caraterísticas intrínsecas) das famílias endividadas bem como o incumprimento das famílias, grau de envolvimento bancário, os motivos do incumprimento e relação entre duas ou mais variáveis.

Capítulo V – Indicadores Estatísticos

Este capítulo é dedicado a análise do crédito malparado com base nos dados agregados do Banco de Cabo Verde, do Banco Comercial do Atlântico e da Caixa Económica de Cabo Verde bem como a análise dos rácios financeiros e económicos.

5.1 - Incumprimento do setor não financeiro

Segundo os relatórios do Banco de Cabo Verde, o principal constrangimento do sector privado em Cabo Verde é o acesso ao crédito. Os fatores que influenciaram esse comportamento prendem-se, principalmente, com o nível de incumprimento, com os riscos associados a empresas sem contabilidade organizada e com as perspetivas para setores de atividade específico.

O crédito em incumprimento¹² calculado de acordo com a circular 150/2009 (crédito vencido/crédito total) foi em média de 10,5% entre dezembro 2010 e dezembro 2016. O incumprimento obtido pelo critério dos IAS/IFRS¹³(crédito com imparidade/crédito total), isto é, o nível de crédito com imparidade situou-se em média 14,5% (dezembro 2010 a dezembro 2016) e o crédito em risco¹⁴ (crédito em risco/crédito total) em média 19,5% entre dezembro 2012 e dezembro 2016 (tabela 3).

O rácio de crédito vencido dos particulares (CECV) situa-se em média, 14,5% e das empresas 18,5% entre dezembro 2010 e dezembro 2016 (tabela 4). No caso das empresas não financeiras, o nível de incumprimento está associado aos riscos às aquelas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas na aprovação de empréstimos.

¹² O crédito em incumprimento calculado de acordo da circular nº150/2009 (crédito em incumprimento/crédito total) e (crédito em incumprimento líquido/crédito total líquido) em que o crédito em incumprimento consiste na soma entre crédito vencido há mais de 90 dias e crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido. O crédito em incumprimento líquido consiste na diferença entre o crédito em incumprimento e provisões para riscos de crédito. O crédito total líquido é a diferença entre o crédito total e provisões para riscos de crédito.

¹³ Crédito com imparidade (IAS/IFRS) - Composto por: Crédito e juros com imparidade e outros ativos financeiros vencidos (Crédito não representado por valores mobiliários) + Crédito e juros com imparidade e outros ativos financeiros vencidos (Juros vencidos a regularizar e despesas de crédito vencido).

¹⁴ O crédito em risco calculado de acordo com a circular A nº166 de 2012-11-02 (Anexo I – elementos do crédito em risco).

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

O incumprimento das empresas cresceu significativamente (2011- 2013), estando relacionado, principalmente, com contratos assinados há alguns anos, para financiamento de projetos de investimentos na atividade imobiliária turística (24%) e nos transportes (24%). O incumprimento das empresas ligadas aos ramos de hotelaria e restauração (15%), particularmente das ilhas de Santiago, Sal e São Vicente, foi igualmente relativamente elevado. É de realçar que, mais de 30% das empresas incumpridoras são instituições com participação externa no capital social (BCV- relatório do estado da economia 2013).

No caso dos particulares, 43% do crédito em incumprimento está associado ao financiamento da habitação própria, 24% ao financiamento de habitação para rendimento, 21% aos projetos de investimento, 9% ao consumo, 2% a aquisição de viaturas e 1% ao financiamento de estudos. De acrescentar ainda, que mais de 30% dos incumpridores particulares dos maiores bancos do país são emigrantes. Consequentemente, o agravamento posterior da conjuntura macroeconómica doméstica e internacional poderá explicar boa parte do incumprimento dos seus contratos (BCV- relatório do estado da economia 2013).

Tabela 3 - Qualidade da carteira de crédito

Unidade: em percentagem

Qualidade da carteira de crédito	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Crédito Vencido (Circular 150)	4,1	6,9	8,9	11,7	14,3	13,3	14,3
Crédito com Imparidade (IAS/IFRS)	8,4	11,8	14,1	16,4	18,7	16,5	15,5
Crédito em Risco	-	-	14,9	20,7	23,9	19,6	18,4

Fonte: Banco de Cabo Verde (relatórios de estabilidade financeira 2010-2016).

Tabela 4 - Rácio de crédito vencido da CECV por segmento

Unidade: em percentagem

Rácio de crédito vencido	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Particulares	14,2	13,6	16,2	16,3	14,9	12,4	13,5
Empresas	11,0	12,4	18,7	19,0	23,7	19,8	25,2

Fonte: CECV – relatórios e contas 2010 a 2016.

5.2 - Crédito Vencido

O crédito vencido (circular 150/2009) situa-se em média 46 122 milhões escudos cabo-verdianos (418 283 227 euros) entre 2011 e 2016. O crédito com imparidade (IAS/IFRS) registou, em média 68 868 milhões ECV (624 568 086 euros) entre 2011 e 2016. Em 2015 e 2016 o crédito com imparidade reduziu-se, resultado da sua desaceleração em duas das maiores instituições bancárias do país (dados agregados do BCV). A redução refletiu, por um lado, a liquidação de créditos através da dação em cumprimento e, por outro, o aumento da oferta de crédito. O crédito em risco, em média, 69 971 milhões ECV (634 571 260 euros) entre 2012 e 2016, enquanto que o crédito reestruturado¹⁵ se situa, em média, 25 424 milhões ECV (230 571 804 euros) entre 2012 e 2016.

Tabela 5 - Crédito vencido

Unidade: milhões de ECV

Qualidade de Crédito	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crédito c/ imparidade (IAS/IFRS)	48 766	67 819	71 785	78 973	76 706	69 157
Crédito Vencido (Circular 150)	22 996	36 435	45 812	55 718	57 869	57 903
Crédito em Risco	-	14 414	72 890	98 253	85 782	78 517
Crédito Reestruturado	-	4 692	26 728	41 571	27 801	26 328

Fonte: Banco de Cabo Verde (principais indicadores do sistema bancário).

Segundo BCV, a problemática do crédito malparado prende-se, em grande medida, com o processo de concessão do financiamento, nomeadamente, com as suas fases de análise de risco e de acompanhamento dos reembolsos, após a contratação. Em Cabo Verde o agravamento da problemática do crédito malparado prende-se, também, com a ineficiência dos instrumentos usualmente utilizados e com a inoperância do sistema judicial de cobrança.

¹⁵ Circular nº166/2012 considera-se como crédito reestruturado o crédito relativamente ao qual tenha havido alterações das respetivas condições contratuais, que se tenham traduzido, nomeadamente, no alargamento do prazo de reembolso, na introdução de períodos de carência ou na capitalização de juros, devido a dificuldades financeiras do mutuário, independentemente de ter ou não existido atrasos no pagamento das prestações de capital e juros.

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

O crédito vencido do BCA cresceu em média 17,8% entre dezembro 2010 e dezembro 2016 e da CECV 8,6% entre dezembro 2010 a dezembro 2016 (tabela 6). O crédito vencido do BCA é maior nas empresas representando em média 64,9% do total, enquanto que o segmento de particulares representa em média 35,1% entre dezembro 2011 e dezembro 2016 (tabela 7).

Tabela 6 - Crédito vencido das duas maiores instituições

Unidade: valores em mil ECV

Crédito Vencido	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Banco Comercial do Atlântico	2 336 000	4 160 000	4 755 000	5 812 000	6 507 000	6 050 326	5 264 845
Caixa Económica de Cabo Verde	3 467 684	3 806 416	4 719 126	4 832 274	5 034 784	4 561 164	5 509 625
TOTAL	5 803 684	7 966 416	9 474 126	10 644 274	11 541 784	10 611 490	10 774 470

Fonte: BCA e CECV – relatórios e contas de 2010 a 2016.

Tabela 7 - Crédito vencido do BCA por segmento (peso)

Unidade: em percentagem

Crédito vencido	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Particulares	43,0	40,9	34,0	29,6	31,6	31,3
Empresas	57,0	59,1	66,0	70,4	68,3	68,6

Fonte: BCA – relatórios e contas 2011 a 2016.

5.3 - Rácios

5.3.1 – Solvabilidade

O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com o Aviso nº4/2007 do BCV ((fundos próprios/total ativos ponderados pelos riscos) *100) foi em média 15%. Assim, os riscos à solvência mantêm-se muito elevados, embora acima do limite regulamentar (10%).

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

BCV (relatório de estabilidade financeira 2016) os fundos próprios elegíveis do sistema bancário nacional foram afetados pela degradação dos fundos próprios do Novo Banco S.A, e o efeito negativo das deduções do excesso de concentração de risco e crédito do banco.

Tabela 8 - Rácio de solvabilidade

Unidade: em percentagem

Rácio	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Solvabilidade	15,3%	13,9%	14,2%	15,1%	15,6%	16,1%	15,5%

Fonte: Banco de cabo Verde

5.3.2 - Cobertura de crédito

A cobertura das imparidades reconhecidas sobre o crédito com imparidade, calculado pelo critério dos IAS/IFRS, foi em média 56,7% entre dezembro 2010 e dezembro 2016. A cobertura do crédito vencido, reconhecidas sobre o crédito vencido, medido pela Circular 150, fixou-se em média 85,4% entre 2010 e 2016. As imparidades cresceram em média 10,2% (2010-2016).

As provisões para cobertura de crédito com imparidades (IAS/IFRS) situam-se em média 45,4% e as provisões para cobertura do crédito vencido, em média, 62,6% entre dezembro 2010 e dezembro 2016.

Segundo BCV (relatório da estabilidade financeira 2016), realça que embora se tenha observado os esforços das instituições para o aumento das provisões segundo as recomendações do Banco Central, estas não compensaram o ritmo de crescimento do crédito vencido que foi superior, principalmente, na segunda maior instituição bancária nacional. Contudo, deverão ser melhorados os sistemas de classificação do perfil de risco dos clientes e adequados os níveis de constituição de provisões para a cobertura de riscos.

Tabela 9 - Cobertura de crédito

Unidade: em percentagem

Cobertura de crédito	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Imparidade/Crédito com Imparidade (IAS/IFRS)	73,1	57,0	53,7	51,6	48,8	54,4	58,3
Imparidade/Crédito Vencido (Circular 150)	149,7	97,1	84,4	72,0	63,7	67,5	63,4
Provisões/Crédito com Imparidade (IAS/IFRS)	18,9	19,0	53,5	53,9	52,4	59,5	60,5
Provisões/Crédito Vencido (Circular 150)	38,7	32,3	84,2	75,3	68,4	73,9	65,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

5.3.3 - Rácio de liquidez e rácio de transformação

Os rácios de liquidez entre dezembro 2010 e 2016 situaram em média 17 por cento e 21,5 por cento, respetivamente. O rácio de liquidez (ativo líquido/passivo curto prazo) fixou acima do limite regulamentar de 20 por cento, conforme Aviso n.º 8/2007 de 19 de novembro.

Relativamente ao rácio de transformação (crédito total/total de depósitos), foi em média 69,8% (2010-2016). A sua redução deve-se à evolução positiva dos depósitos a um ritmo superior ao do crescimento do crédito.

Tabela 10 - Rácio de liquidez e de transformação

Unidade: em percentagem

Rácio de liquidez e transformação	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Ativo Líquido/ Ativo Total	8,1	7,1	15,3	22,1	20,4	21,9	24,0
Ativo Líquido/ Passivo Curto Prazo	10,5	9,7	21,1	29,0	24,4	26,8	29,0
Transformação	79,2	86,0	79,1	67,5	61,5	59,5	55,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

5.3.4 – Rendibilidade, margem financeira e cost to income

A rendibilidade do ativo (ROA – Return on Assets) foi em média 0,5% e a rendibilidade dos capitais próprios (ROE – Return on Equity) 6% em média (2010-2016). Segundo BCV (relatório de estabilidade financeira 2016), a variação negativa dos indicadores de rendibilidade do sistema bancário é explicada pela redução dos resultados líquidos do setor, sobretudo pela

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

diminuição dos resultados da segunda maior instituição bancária nacional (Caixa Económica de Cabo Verde), impulsionada pelo reconhecimento de imparidades em cerca de 287 milhões de escudos.

O rácio da margem financeira/produto bancário situa-se em média 75,1% entre dezembro 2010 e dezembro 2016. O cost to income (custo de funcionamento/produto bancário) foi em média 66,6% entre dezembro 2010 e dezembro 2016. O custo de funcionamento abrange, essencialmente, os gastos com pessoal e gastos gerais administrativos.

Tabela 11 - Rendibilidade, margem financeira e cost to income

Unidade: em percentagem

Rendibilidade	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
ROA (Rendibilidade dos Ativos)	0,9	0,6	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4
ROE (Rendibilidade dos Capitais Próprios)	10,8	7,9	3,9	4,9	3,5	5,7	5,2
Margem Financeira / Produto Bancário	76,1	76,2	75,5	75,3	71,8	73,1	77,9
Cost to income	59,7	61,3	68,3	68,4	72,5	66,9	68,7

Fonte: Banco de Cabo Verde

Capítulo VI – Inquérito às famílias

Os dados cedidos pelo Banco de Cabo Verde não se permitem relacionar o endividamento com as características inerentes dos devedores e o grau de incumprimento dos mutuários. Para relacionar estas variáveis recorreu-se a inquérito (questionário), aplicado às 100 famílias do bairro do Palmarejo – Cidade da Praia (amostra não representativa).

6.1 – Descrição das Variáveis

A descrição das variáveis tem como o principal objetivo testar a relação entre o incumprimento bancário e as características inerentes das famílias. Assim, analisamos as variáveis sociodemográficas, económicas, envolvimento bancário (número de crédito), o grau de incumprimento (prestação em atraso de pagamento) e as razões do incumprimento das famílias inquiridas.

6.1.1 – Variáveis sociodemográficas e económicas

A amostra é composta por 59% de indivíduos do sexo feminino e 41% do sexo masculino. A idade dos inquiridos está compreendida entre 36 a 45 anos (44%), 25 a 35 anos (30%), 46 a 55 anos (23%) e 56 a 65 anos (3%).

Segundo INE (censo 2010) os homens continuam a assumir maioritariamente a representação dos agregados familiares. Em junho de 2010, 52,2% dos agregados eram representados por homens e 47,8% que eram representadas pelas mulheres. No entanto é de realçar o facto de ao longo da última década as mulheres aumentarem em termos proporcionais as responsabilidades dos agregados, aumentando de 40% em 2000 para 47,6% em 2010.

Tabela 12 - Género e faixa etária dos mutuários

Género do mutuário	Faixa etária				Total
	25 a 35 anos	36 a 45 anos	46 a 55 anos	56 a 65 anos	
Masculino	13,0%	16,0%	12,0%	0,0%	41,0%
Feminino	17,0%	28,0%	11,0%	3,0%	59,0%
TOTAL	30,0%	44,0%	23,0%	3,0%	100,0%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito.

O estado civil dos inquiridos é composto, maioritariamente, pelos indivíduos solteiros representando 59% do total (25% do sexo masculino e 34% do sexo feminino). De seguida, os

indivíduos casados em 19% (8% do sexo masculino e 11% do sexo feminino). Posteriormente, os indivíduos união de facto em 11% e os divorciados em 10%.

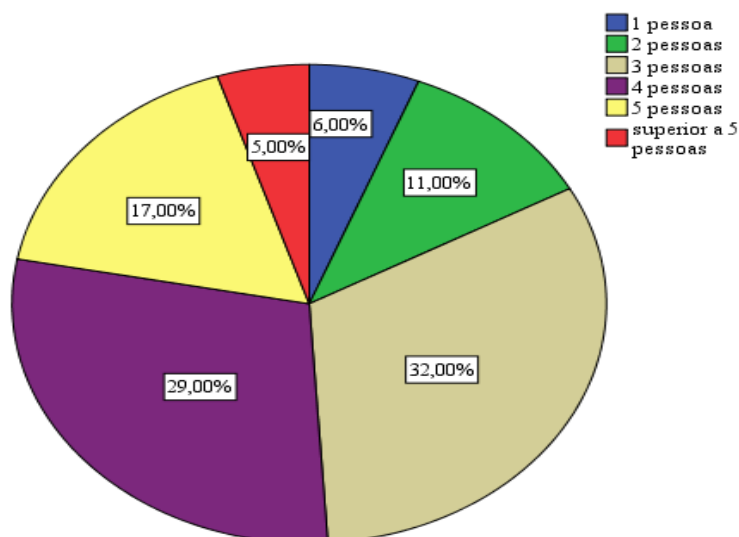
Tabela 13 - Estado civil

Género do mutuário	Estado Civil					Total
	Casado	Solteiro	União de facto	Divorciado	Viúvo	
Masculino	8,0%	25,0%	2,0%	5,0%	1,0%	41,0%
Feminino	11,0%	34,0%	9,0%	5,0%	0,0%	59,0%
TOTAL	19,0%	59,0%	11,0%	10,0%	1,0%	100,0%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

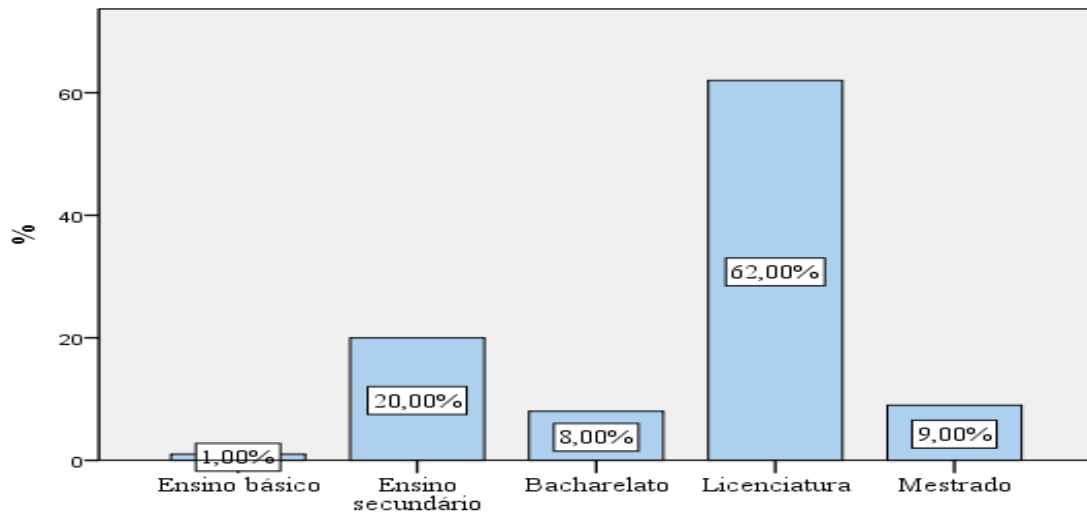
Relativamente a dimensão do agregado familiar, 32% das famílias inquiridas são compostas por três pessoas, 29% por quatro pessoas, 17% por cinco pessoas, 11% por duas pessoas, 6% por uma pessoa e 5% superior a cinco pessoas (gráfico 7). Das famílias inquiridas, 62% possuem o nível de escolaridade da licenciatura, 20% têm o ensino secundário, 9% dos inquiridos têm o mestrado e 8% o bacharelato (gráfico 8).

Gráfico 7 - Dimensão do agregado familiar



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

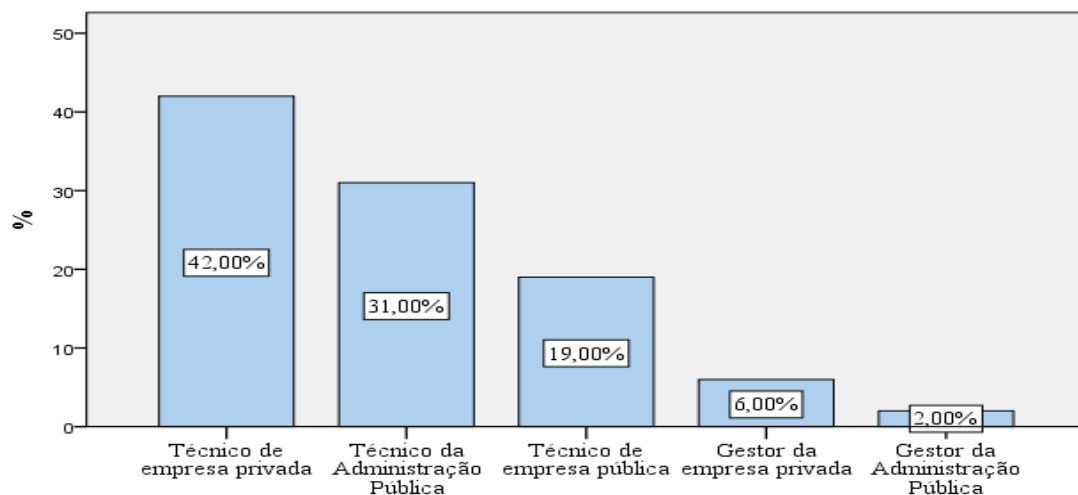
Gráfico 8 - Habilitação Literária



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Relativamente à categoria profissional, 42% dos inquiridos são técnicos da empresa privada, 31% são técnicos da administração pública, 19% são técnicos da empresa pública, 6% são gestores da empresa privada e 2% são gestores da administração pública.

Gráfico 9 - Categoria Profissional

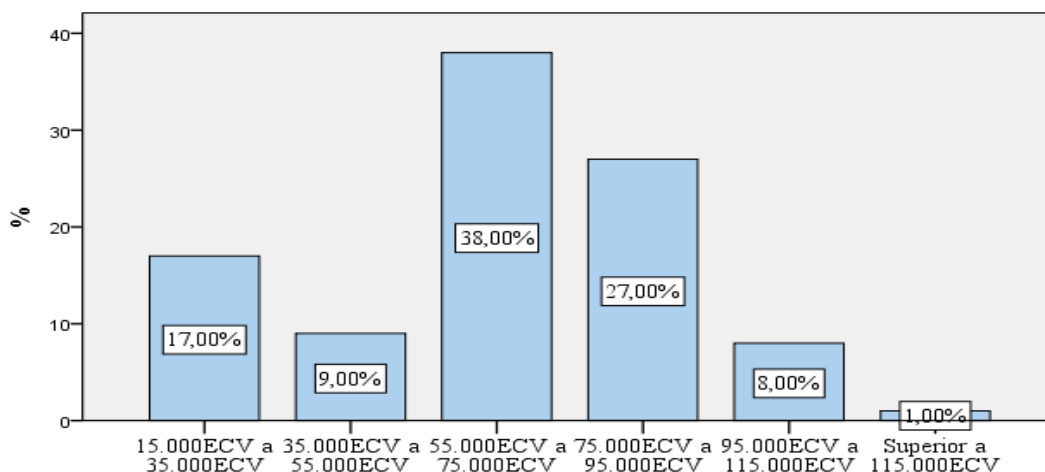


Fonte: cálculos próprios com base em dados do inquérito

A principal fonte de rendimento das famílias inquiridas é o salário. Assim, 38% do rendimento líquido das famílias está compreendido entre 55 000ECV a 75 000ECV (498,8 euros a 680,2 euros), 27% está entre 75 000ECV a 95 000ECV (680,2 euros a 861,6 euros), 17% entre 15

000ECV a 35 000ECV (136,0 euros a 317,4 euros), 9% está entre 35 000ECV a 55 000ECV (317,4 euros a 498,8 euros), 8% entre 95 000ECV a 115 000ECV (861,6 euros a 1 042,9 euros) e 1% superior a 115 000ECV (1 042,9 euros).

Gráfico 10 - Rendimento mensal líquido

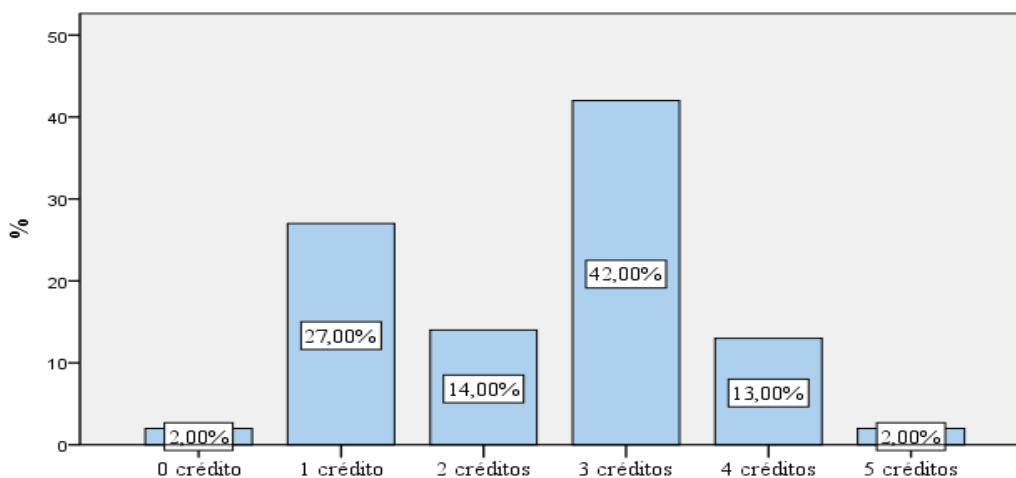


Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

6.1.2 – Número de créditos na banca

No que respeita a número de créditos na banca, 42% das famílias inquiridas possuem três créditos, sendo as mulheres representam 27% e os homens 15%. De seguida, 27% dos inquiridos têm um crédito, 14% possuem dois créditos, 13% têm quatro créditos e 2% têm cinco créditos. Assim, em média, os inquiridos têm 3,43 créditos na banca e a mediana é 4 (Anexo G).

Gráfico 11 - Número de créditos na banca



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Tabela 14 - Género e número de créditos na banca

Género dos mutuários	Número de crédito na banca						Total
	0 crédito	1 crédito	2 créditos	3 créditos	4 créditos	5 créditos	
Masculino	2,0%	13,0%	9,0%	15,0%	2,0%	0,0%	41,0%
Feminino	0,0%	14,0%	5,0%	27,0%	11,0%	2,0%	59,0%
Total	2,0%	27,0%	14,0%	42,0%	13,0%	2,0%	100,0%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

6.2 Créditos bancários por finalidade

As famílias inquiridas 41,3% recorreram ao crédito para financiar o consumo (aquisição de computadores, mobiliários, cartões de créditos e outros), 24,8% para aquisição/construção da habitação (casa própria), 18,2% para aquisição de automóvel, 10,3% destinado a outros (descobertos bancários) e 5,4% para formação/estudos. Relativamente as entidades credoras, 57% recorreram a CECV para se financiarem, 31,8% ao BCA e 10,7% ao BI.

Em relação às garantias exigidas pelos bancos, são exigidos a hipoteca (habitação e automóveis novos), fiança, seguros de vida e outros.

Tabela 15 - Distribuição de crédito por finalidade

Unidade: em números

Entidade Credora	Crédito por finalidade					Total
	Habitação	Automóvel	Formação	Consumo	Outros	
BCA	17,0	12,0	7,0	35,0	6,0	77,0
BCN	1,0	-	-	-	-	1,0
BI	9,0	6,0	-	9,0	2,0	26,0
CECV	33,0	26,0	6,0	56,0	17,0	138,0
TOTAL	60,0	44,0	13,0	100,0	25,0	242,0

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

6.3 Incumprimento dos mutuários

O grau de incumprimento dos mutuários, isto é, a prestação em atraso de pagamento é a variável dependente e pode ser explicada por variáveis sociodemográficas, económicas e o grau de envolvimento bancário (número de crédito na banca).

6.3.1 Distribuição do incumprimento do crédito

O incumprimento (prestação em atraso de pagamento) representa 21,4% das famílias endividadas. A prestação em atraso é maior na segunda maior instituição do país – CECV em 12,2%, no BCA em 7,1% e no BI 2%.

Tabela 16 - Prestação em atraso de pagamento e entidade credora

Prestação em atraso	Entidade credora				Total
	BCA	BCN	BI	CECV	
Não	22,4%	1,0%	11,2%	43,9%	78,6%
Sim	7,1%	0,0%	2,0%	12,2%	21,4%
TOTAL	29,6%	1,0%	13,3%	56,1%	100,0%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Por um lado, os inquiridos do sexo feminino representam 15,3% com prestação em atraso de pagamento e por outro lado representam 44,9% em cumprimento do pagamento do crédito. Os inquiridos do sexo masculino 6,1% têm prestação em atraso e 33,7% estão em cumprimento do crédito.

Tabela 17 - Prestação em atraso de pagamento e género

Prestação em atraso	Género do mutuário		Total
	Masculino	Feminino	
Não	33,7%	44,9%	78,6%
Sim	6,1%	15,3%	21,4%
TOTAL	39,8%	60,2%	100,0%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

6.3.2 Prestação vencida

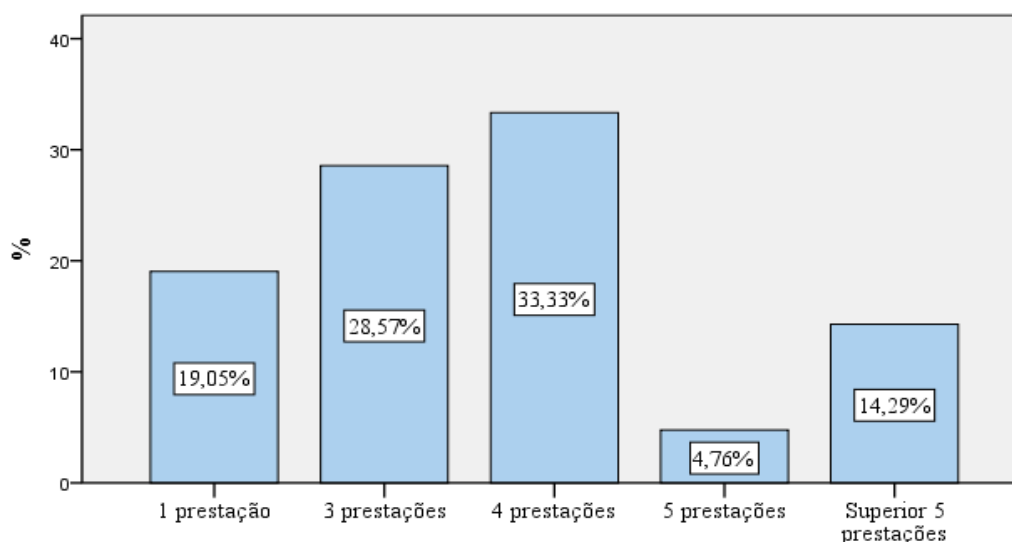
Dos inquiridos em incumprimento, 33,3% têm quatro prestações em atraso de pagamento. Os valores vencidos estão compreendidos entre 45 000ECV a 55 000ECV (408,1 euros a 498,8 euros) e entre 55 000ECV a 65 000ECV (498,8 euros a 589,5 euros). De seguida, 28,6% dos inquiridos têm três prestações em atraso no montante compreendida entre 35 000ECV a 45 000ECV (317,4 euros a 408,1 euros) e entre 45 000ECV a 55 000ECV (408,1 euros a 498,8 euros). Posteriormente, 19% dos inquiridos têm uma prestação em atraso, 14,3% têm superior

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

a cinco prestações e 4,8% têm cinco prestações vencidas. O número de prestação vencida situa-se em média 3,48 e a mediana é 4 (Anexo F).

Conforme o Anexo H (Correlação linear de Pearson), existe uma correlação fraca entre o número de prestação em atraso e o rendimento líquido.

Gráfico 12 - Número de prestação em atraso



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Tabela 18 - Montante em atraso de pagamento

Número de prestação em atraso	Montante em atraso de pagamento								Total
	até 10.000ECV	10.000ECV a 25.000ECV	35.000ECV a 45.000ECV	45.000ECV a 55.000ECV	55.000ECV a 65.000ECV	75.000ECV a 85.000ECV	95.000ECV a 105.000ECV	Superior a 105.000ECV	
1 prestação	9,5%	9,5%							19,0%
3 prestações			23,8%	4,8%					28,6%
4 prestações				9,5%	23,8%				33,3%
5 prestações						4,8%			4,8%
Superior 5 prestações							4,8%	9,5%	14,3%
TOTAL	9,5%	9,5%	23,8%	14,3%	23,8%	4,8%	4,8%	9,5%	100%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

O crédito à habitação representa 66,7% do total de crédito em incumprimento das famílias. De seguida, o crédito automóvel em 14,3%, crédito ao consumo em 14,3% e por fim o crédito para formação em 4,8%.

Tabela 19 - Crédito em incumprimento

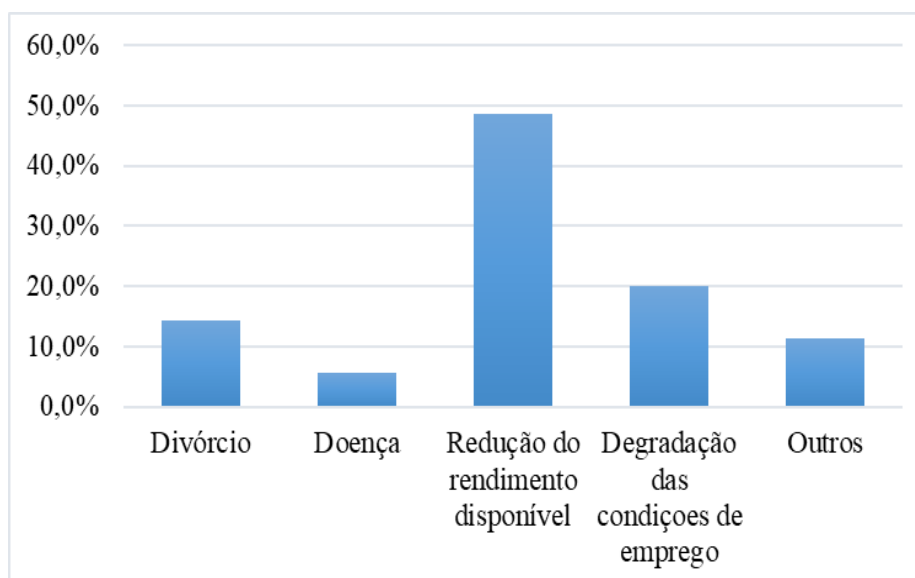
Prestação em atraso	Finalidade do crédito				Total
	Crédito à habitação	Crédito Automóvel	Crédito formação	Crédito consumo	
até 10.000ECV				9,5%	9,5%
10.000ECV a 25.000ECV			4,8%	4,8%	9,5%
35.000ECV a 45.000ECV	19,0%	4,8%			23,8%
45.000ECV a 55.000ECV	14,3%				14,3%
55.000ECV a 65.000ECV	23,8%				23,8%
75.000ECV a 85.000ECV	4,8%				4,8%
95.000ECV a 105.000ECV	4,8%				4,8%
Superior a 105.000ECV		9,5%			9,5%
TOTAL	66,7%	14,3%	4,8%	14,3%	100,0%

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

6.3.3 Motivos do incumprimento do crédito

O rendimento líquido constitui a principal fonte do rendimento das famílias no país. A redução do rendimento disponível é uma das principais causas do incumprimento de crédito apontadas pelas famílias inquiridas representando 48,6%. Posteriormente segue-se a degradação das condições de emprego que representa 20%, o divórcio 14,3%, outros motivos 11,4% e doença 5,7%.

Gráfico 13 - Motivos do incumprimento de crédito



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

6.4 – Perfil das famílias

Tabela 20 - Perfil das famílias

Unidade: em percentagem

Variáveis		Endividamento	Incumprimento
		98,0	21,4
Género	Marculino	39,8	28,6
	Feminino	60,2	71,4
Estado Civil	Solteiro	59,2	61,9
	Casado	19,4	4,8
	União de facto	11,2	4,8
	Divorciado	9,2	28,6
Faixa etária	25-35 anos	29,6	14,3
	36-45 anos	43,9	61,9
	46-55 anos	23,5	19,1
Habilitação Literária	Ensino secundário	19,4	19,1
	Licenciatura	63,3	71,4
Categoria Profissional	Técnico da empresa privada	41,8	61,9
	Técnico da Administração Pública	30,6	19,1
	Técnico da Empresa Pública	19,4	9,5
Dimensão do agregado familiar	3 pessoas	31,6	19,1
	4 pessoas	29,6	33,3
	5 pessoas	17,4	23,8
Rendimento Mensal Líquido	55 000\$ - 75 000\$	37,8	52,4
	75 000\$ - 95 000\$	27,6	19,1
Número de créditos na banca	1 crédito	27,0	14,3
	3 créditos	42,0	9,5
	4 créditos	13,3	52,4

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Capítulo VII – Conclusão

O setor bancário em Cabo Verde abrange oito bancos comerciais até 2016: BAI, BCA, BCN, BI, BICV, CECV, Ecobank e Novo Banco. O setor está altamente concentrado nas duas maiores instituições, BCA e CECV, que representam 69,9% de quota no mercado de crédito.

O endividamento do setor não financeiro (empresas e particulares) tem vindo a crescer nos últimos anos. O crédito destinado ao setor privado representa, em média, 64% do PIB entre 2010 e 2016. Os principais devedores no segmento empresa estão ligados ao setor de “transportes e comunicações”, “eletricidade, água e gás”, “comércio, restaurante e hotéis” e “serviços sociais e pessoais” que cresceram em média entre 2010 e 2016 em 16,0%, 8,3%, 7,2% e 2,8%, respetivamente. O crédito à habitação que cresceu em média 3,7%, representando em média 67,6% do total de crédito destinados a particulares e 34,4% do total do crédito ao setor privado entre 2010 e 2016. O crédito à habitação é considerado o crédito de menor risco porque envolve a avaliação dos mutuários e a hipoteca do imóvel (garantia exigida pelos bancos). Segundo BCV o crédito à habitação representa o maior nível de incumprimento do crédito destinado a particulares.

Segundo BCV os critérios de aprovação de empréstimos tanto de curto prazo como de longo prazo as empresas tornaram-se mais restritivos (com exceção em 2016 teve redução da restritividade ao financiamento de projetos privados). As principais razões apontadas para explicar este aumento da restritividade foram o nível de incumprimento dos clientes e os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas.

Segundo Marques et al. (2000) e OEC (2002) “o sobre-endividamento está relacionado com o comportamento do devedor, por exemplo, não planeando os compromissos assumidos e procedendo a uma acumulação exagerada de créditos em relação aos rendimentos efetivos e esperados. E por motivos não previsíveis: desemprego, precarização do emprego, divórcio, doença ou morte de um familiar e acidente”.

A literatura realça que as variáveis sociodemográficas, económicas, externas e crédito estão relacionadas com a probabilidade do sobre-endividamento, com enfoque no género, estado civil, situação laboral, habilitações literárias, dimensão do agregado familiar e rendimento disponível.

Os resultados do inquérito mostram que 21,4% das famílias endividadas estão em incumprimento. Dos inquiridos em incumprimento 71,4% são do sexo feminino, 61,9% têm a idade compreendida entre os 36-45 anos, 61,9% são solteiros, 28,6% são divorciados, 71,43%

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

são licenciados, 61,9% são técnicos da empresa privada, 52,4% do rendimento líquido mensal situa-se entre os 55 000ECV a 75 000ECV (498,8 euros a 680,2 euros). Relativamente a dimensão do agregado familiar, 33,3% das famílias incumpridoras são compostas por quatro pessoas, 23,8% por cinco pessoas (Anexos D6).

Dos inquiridos em incumprimento, 33,3% têm quatro prestações vencidas, 28,6% têm três prestações em falta de pagamento. O número da prestação média vencida é de 3,48 (Anexo F).

Os valores das prestações vencidas situam-se 23,8% entre 35 000ECV a 45 000ECV (317,4 euros a 408,1 euros), 14,3% entre 45 000ECV a 55 000 ECV (408,1 euros a 498,8 euros) e 23,8% entre 55 000ECV a 65 000ECV (498,8 euros a 589,5 euros).

O crédito à habitação representa 66,7% do total de crédito em incumprimento das famílias. De seguida, 14,3% do incumprimento no crédito automóvel e 14,3% no crédito ao consumo. A CECV representa o maior peso do incumprimento do crédito cerca de 57,1%, BCA 33,3% e por último BI 9,5%.

O salário constitui a principal fonte do rendimento das famílias inquiridas. A redução do rendimento disponível é uma das principais causas do incumprimento apontadas pelas famílias inquiridas representando 48,6%. Posteriormente segue-se a degradação das condições de emprego que representa 20% e o divórcio 14,3% do incumprimento. Quanto maior for o peso da taxa de esforço no orçamento das famílias, maior o risco de surgirem dificuldades financeiras, caso ocorra um imprevisto, como exemplo: uma subida taxa de juro, desemprego, doença ou divórcio. A taxa de esforço das famílias nas duas maiores instituições do país situa-se entre 40% e 45% do rendimento disponível mensal.

O crédito em incumprimento calculado pela circular 150 foi em média de 10,5% entre 2010 e 2016. Enquanto que, o incumprimento obtido pelo critério dos IAS/IFRS situou-se em média 14,5% e o crédito em risco 19,5% entre 2010 e 2016. O crédito vencido do BCA cresceu em média 17,8% e da CECV 8,6% entre dezembro 2010 e 2016.

O rácio de solvabilidade foi em média 15% entre 2010 e 2016. Os riscos à solvência mantêm-se muito elevados, embora acima do limite regulamentar (10%). A cobertura das imparidades reconhecidas sobre o crédito com imparidade, calculado pelo critério dos IAS/IFRS, foi em média 56,7% entre 2010 e 2016. A cobertura do crédito vencido, medido pela Circular 150, pelas provisões mínimas regulamentares, foi em média 62,6% entre 2010 e 2016. As provisões aumentaram, mas não compensaram o ritmo do crescimento do crédito vencido. Os depósitos

criarem a um ritmo superior ao do crescimento do crédito. Entre 2010 e 2016 o rácio de transformação, foi em média 69,8%.

Os dados cedidos pelo banco central não nos permitem analisar o crédito vencido por segmento bem como relacionar os mesmos com o perfil dos devedores. O incumprimento das famílias está relacionado com variáveis inerentes do próprio mutuário, ou seja, variáveis sociodemográficas e económica, (género, estado civil, habilitação literária, categoria profissional, dimensão do agregado familiar e rendimento disponível) bem como com o grau de endividamento (números de créditos) e as variáveis externas (taxa de juro, conjuntura económica do país).

As conclusões apresentadas neste estudo têm de ser vistas à luz dos dados disponíveis e métodos utilizados. Assim, a principal limitação relacionada com os dados disponíveis:

- Possuir dados do crédito vencido das duas maiores instituições do país por segmento (empresas por ramo de atividade e particulares – habitação e outros fins).

Tendo em conta as limitações apontadas, sem sair do tema em estudo, as investigações futuras devem ultrapassá-las. O crédito malparado e o sobre-endividamento são problemas económico atual. Novas investigações poderão contribuir na melhoria do conhecimento sobre a situação financeira do setor bancário e do setor não financeiro.

Bibliografia

- Banco de Cabo Verde (2010-2016), Principais Indicadores do Sistema Bancário – Informações estatísticas e financeiras, BCV, Praia - Cabo Verde;
- Disponível em <http://www.bcv.cv/vPT/Supervisao/sectorbancario/Paginas/Informa%C3%A7%C3%B5esEstat%C3%ADsticaseFinanceirasdeBancos.aspx>
- Banco de Cabo Verde (2013), *Crédito à habitação*, cadernos do Banco de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde;
- Banco de Cabo Verde (2007), *Papel dos Bancos*, cadernos do Banco de Cabo Verde – Série Educação Financeira 04, Praia, Cabo Verde;
- Banco de Cabo Verde (2009) *Elementos de Informação Periódica - Divulgação do Indicador de Referência para Avaliação da Qualidade de Crédito*, anexa à Circular Série A 150 (2009-12-28), Praia, Cabo Verde;
- Banco de Cabo Verde (2012) *Elementos de Informação Periódica – Crédito em Risco*, anexa à circular série “A”166 (2012-11-02), Praia, Cabo Verde;
- Banco de Cabo Verde (2016) *Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito Cabo-Verdiano*, Praia, Cabo Verde
- Batista, A. (1995), *A Gestão Do Crédito como vantagem competitiva*, vida económica, Porto; p.15-35;
- Baptista, J. (2006), *O custo de intermediação financeira em Cabo Verde*, Banco de Cabo de Verde, Praia – Cabo Verde;
- Boddington, L. & Kemp, S. (1999), *Student debt, attitudes towards debt, impulsive buying and financial management*, New Zealand Journal of Psychology, 28: 89-93 ;
- Braucher, J. (2006). *Theories of over-indebtedness: interaction of structure and culture*, Discussion Paper 06-04, Arizona Legal Studies, p.16;
- Cabido, J. (1999), *Gestão do crédito bancário*, Ulmeiro, Lisboa, p.12;
- Cardoso, B. (2011), *Sobre-endividamento no crédito à habitação em Cabo Verde*, dissertação de mestrado em Gestão de empresas, Lisboa, ISCTE.
- Cameron, S. e Golby, D. (1990), *An Economic Anaysis of personal debt*, Bulletin of economic research, 42: 241-247;
- Chien, Y. e Devaney, S. (2001), ‘‘The Effects of Credit Attitude and Socioeconomic Factors on Credit Card and Installment Debt’’, *the journal of consumer affairs*, 35:162-179); <http://ntur.lib.ntu.edu.tw/bitstream/246246/83637/1/3.pdf>

- Da silva, J. (2014), *Gestão e Análise de risco de crédito*, Editora Atlas S.A, São Paulo, p.56-61;
- De Fátima, A., González S. e Pascual J. (2015), *Economia e Gestão Bancária*, Universidade Católica Editora, Lisboa;
- De Carvalho, P. (2009) *Fundamentos da Gestão de Crédito – Uma contribuição para o valor das organizações*, Edições Sílabo, Lisboa, p.71-118;
- Dermine, J. (2010), *Avaliação de Bancos & Gestão baseada no valor: Apreçamento de depósitos e de empréstimos, avaliação de desempenho e gestão de riscos*, Editora Atlas S.A, São Paulo, p. 298;
- Godwin, D. (1998), *Household debt quintiles: Explaining changes*, the journal of consumer affairs, 32: 369-393;
- Gomes, M. (2011), *O Crédito Malparado e o Sobre-endividamento das famílias na região autónoma da Madeira*, dissertação de mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, Lisboa, ISCAL;
- Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (2014), *Inquérito Multiobjectivo contínuo: estatísticas das famílias e condições de vida*, INE, Cabo Verde;
- Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (censo 2010), *Recenseamento geral da população e habitação – características dos agregados e condições de vida*, INE, Cabo Verde;
- Leão E., Leão P. e Lagoa S. (2011), *Política Monetária e Mercados Financeiros*, Edições Sílabo, Lisboa, P:156-157;
- Lea, S., Webley, P. e Levine, R. (1993), The economic psychology of consumer debt, *journal of economic psychology*, p.85-119) ;
- Macedo, J. (2011), *Estudo sobre o endividamento e sobre-endividamento dos consumidores*, relatório de estágio, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão;
- Marques, M., Neves V., Frade, C., Lobo, F., Pinto, P. e Cruz, C. (2000), *O endividamento dos consumidores*, Almedina, Coimbra, p.1-8;
- Mateus, Abel (2000), *Análise da eficiência e rentabilidade do sector bancário*, working papers, Praia, Cabo Verde.
- Monteiro, C. (2015) *Sobre-endividamento das famílias portuguesas*, Dissertação de Mestrado em Economia, Aveiro, universidade de Aveiro;
- Nunes, H., Ribeiro, I. e Martins, S. (2002), *Crédito*, Instituto de Formação bancária, p.1.15-6.22;
- Rodrigues, J. (2012) *Gestão estratégia das instituições financeiras*, escolar editora, Lisboa, p.142-145;

Steidle, R. (1994), *Determinants of bank and retail credit card revolvers: An application using the life-cycle income hypothesis*, Consumer Interests Annual, 40: 170-177.

Vaz, J. (1999), *Gestão bancária*, Universidade aberta, Lisboa, p.15-154;

Observatório do Endividamento dos Consumidores – OEC (2002) *Endividamento e Sobre-endividamento das famílias, conceitos e estatísticas para a sua avaliação*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, p:5-9;

Disponível em :

http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf

Fontes

http://24.sapo.pt/article/lusa-sapo-pt_2016_07_20_1888383240_banco-de-cabo-verde-pede-concertacao-de-esforcos-para-resolver-credito-malparado - Consultado 24 de julho de 2017.

<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>.

<http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Interven%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governador.pdf> – 08/08/17.

<http://anacao.cv/2016/10/10/bancos-comerciais-credito-malparado-preocupa-fmi/> - 24/07/17.

Decreto-Lei nº37/2010, regula as condições de acesso ao crédito para habitação, no regime geral, bonificado e jovem bonificado, Boletim Oficial de 27 de setembro de 2010 – I Série nº37, Cabo Verde;

Portaria nº62/2010, regula os regimes de crédito bonificado à habitação, Boletim Oficial de 27 de dezembro de 2010 – I série número 50, Cabo Verde;

Banco de Cabo Verde (Aviso nº 4/2007 de 25 de fevereiro de 2008), rácio de solvabilidade;

Banco de Cabo Verde (Aviso nº 8/2007 de 19 novembro), liquidez e cobertura de responsabilidades;

Banco de Cabo de Verde (2010) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde (2011) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde, (2012) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde, (2013) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde, (2014) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde, (2015) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

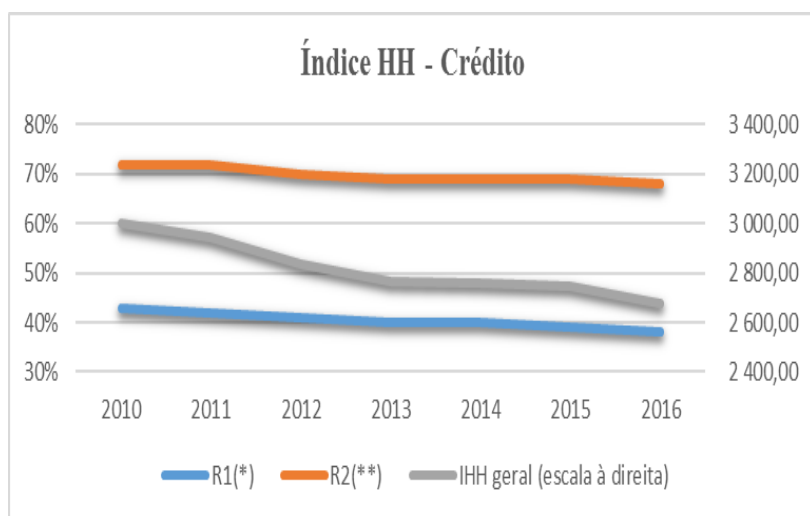
Banco de Cabo de Verde, (2016) Relatório da estabilidade financeira, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde, (2013) Relatório do estado da economia, Praia, Cabo Verde;

Banco de Cabo de Verde, (2014) Relatório do estado da economia, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde (2015) Relatório do estado da economia, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2016) Relatório do estado da economia, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2010) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2011) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2012) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2013) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2014) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2015) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco de Cabo de Verde, (2016) Relatório anual, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2010), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2011), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2012), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2013), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2014), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2015), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Banco Comercial do Atlântico, (2016), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2010), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2011), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2012), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2013), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2014), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2015), relatório e contas, Praia, Cabo Verde;
Caixa Económica de Cabo Verde, (2016), relatório e contas, Praia, Cabo Verde.

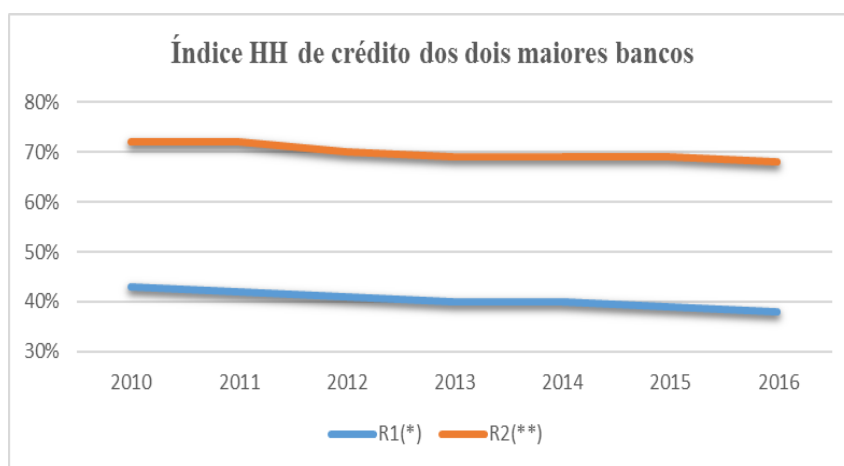
Anexos

Anexo A - Índice HH de crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde – Relatório da estabilidade financeira (2010 - 2016)

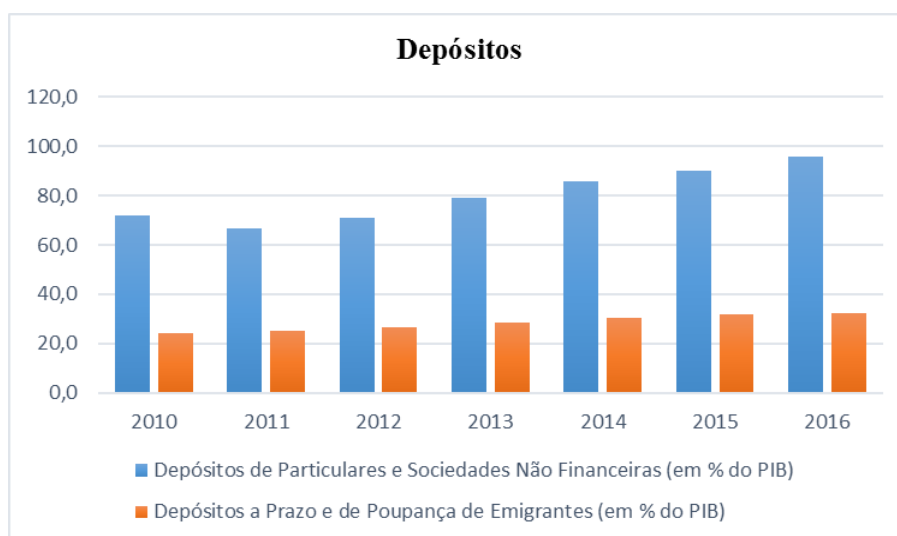
Anexo A 1 - Índice HH de crédito dos dois maiores bancos



Fonte: Banco de Cabo Verde – Relatório da estabilidade financeira (2010 - 2016)

OBS: Anexo A e Anexo A1 são informações adicionais à tabela 1.

Anexo B - Depósitos a ordem e a prazo



Fonte: BCV – principais indicadores económicos e financeiros (2010 – 2016)

Anexo C - Distribuição de crédito a empresas não financeiras

Distribuição dos Empréstimos Bancários por Ramos de Actividade	2010	2011	2012	2013	2014	2015
milhões de escudos Cabo-verdianos						
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	202,17	180,31	165,09	199,04	259,93	190,15
Indústrias Extractivas	62,24	38,11	34,38	45,90	58,96	74,08
Indústrias Transformadoras	3 707,57	3 461,21	3 886,74	3 645,87	2 926,47	3 343,33
Electricidade, Água e Gás	1 614,70	2 785,52	2 494,80	2 312,24	2 270,81	1 973,17
Construção e Obras Públicas	6 170,14	7 353,73	7 394,99	6 798,64	5 034,56	4 704,11
Comércio, Restaurante e Hotéis	8 672,43	10 709,20	11 025,87	11 787,00	12 117,27	12 360,44
Transportes e Comunicações	4 297,32	6 178,07	6 382,80	8 593,91	7 774,60	9 372,86
Serviços Prestados às Empresas	4 890,07	5 900,01	6 681,90	6 934,55	9 482,93	9 540,28
Serviços Sociais e Pessoais	8 944,49	10 328,50	9 806,32	9 544,73	8 823,10	9 236,89
Crédito Concedido a Empresas não Financeiras	38 561,13	46 934,67	47 872,87	49 861,88	48 748,62	50 795,30

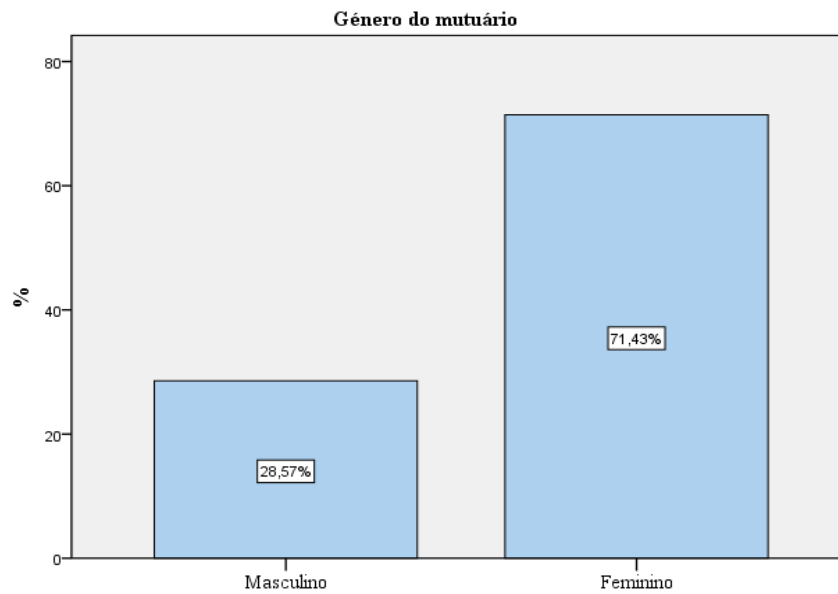
Fonte: Banco de Cabo Verde

Anexo D - Características sociodemográficas e económicas das famílias em incumprimento

Anexo D 1 - Género dos mutuários

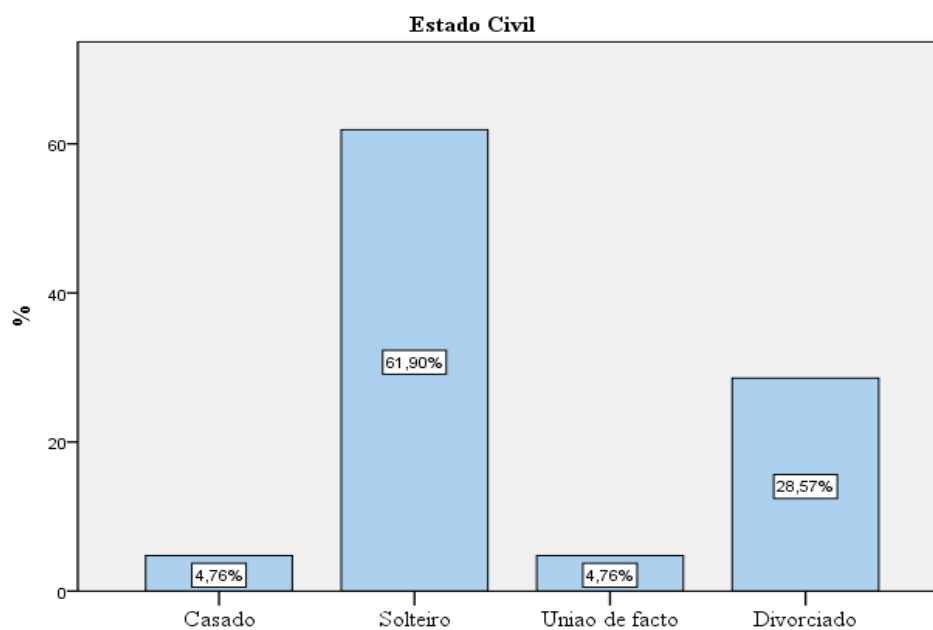
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Masculino	6	28,6	28,6	28,6
Feminino	15	71,4	71,4	100,0
Total	21	100,0	100,0	

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito



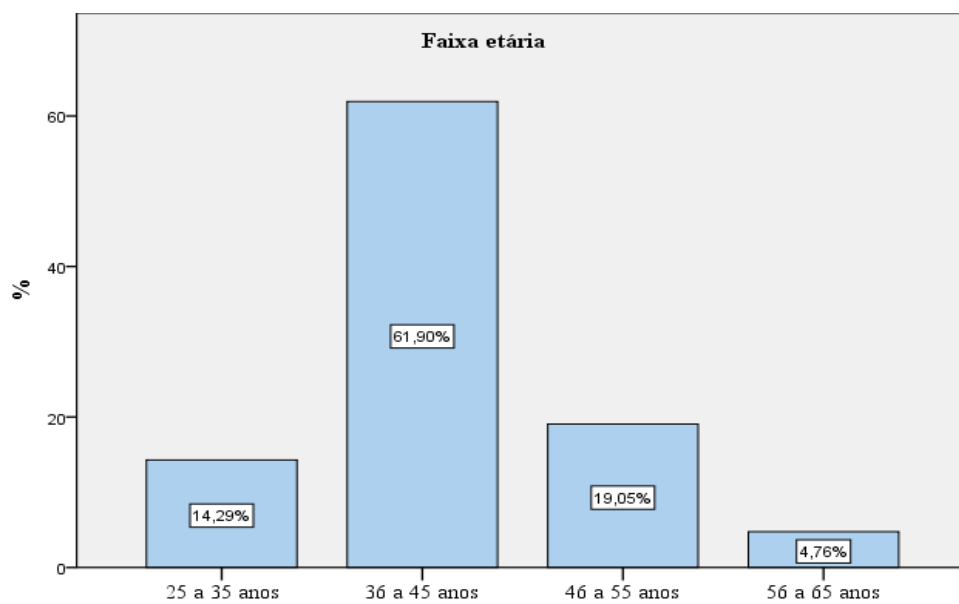
Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo D 2 - Estado Civil



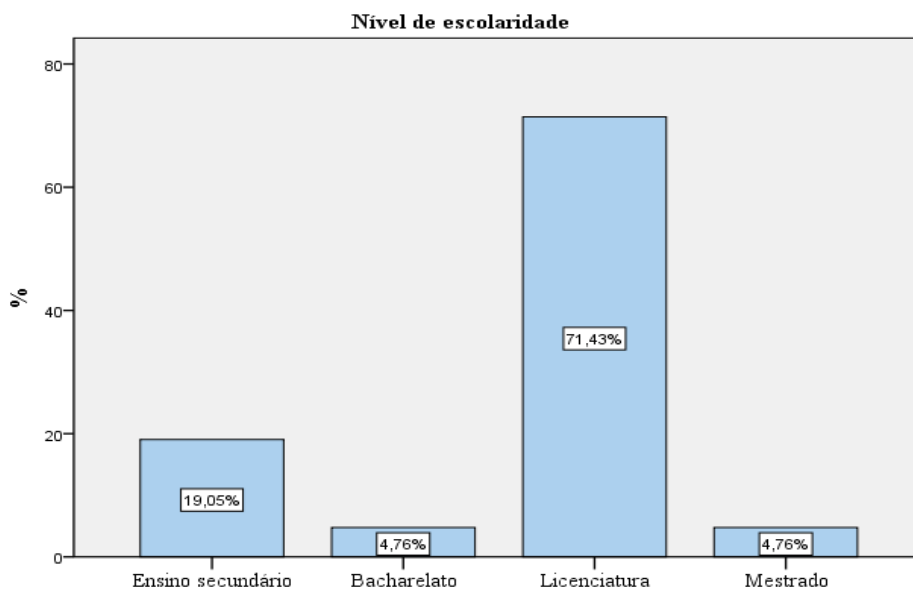
Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo D 3 - Faixa etária



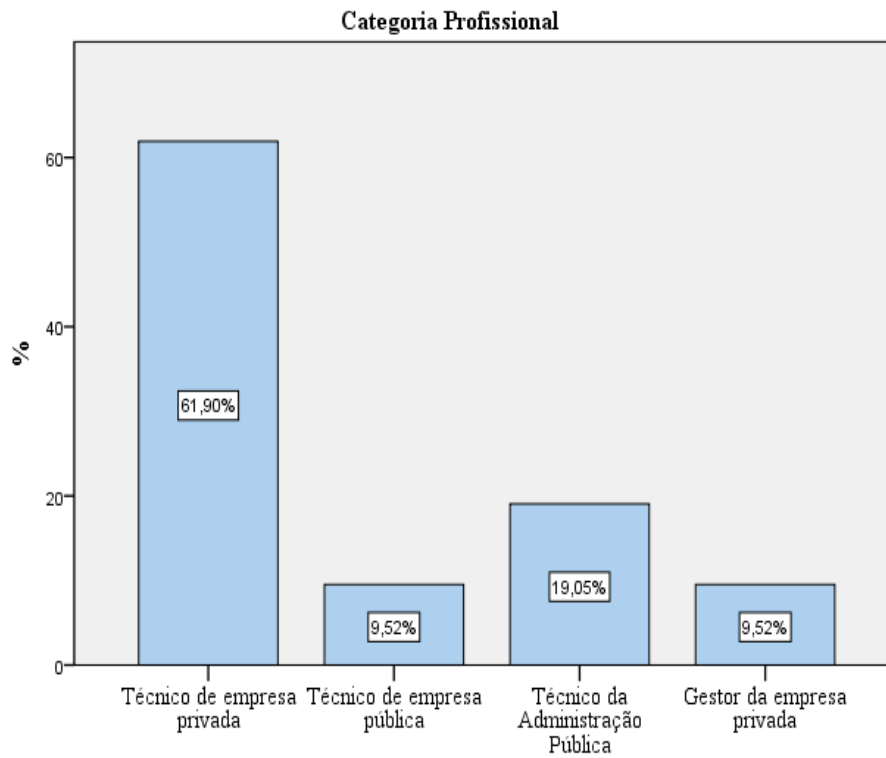
Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo D 4 - Nível de escolaridade



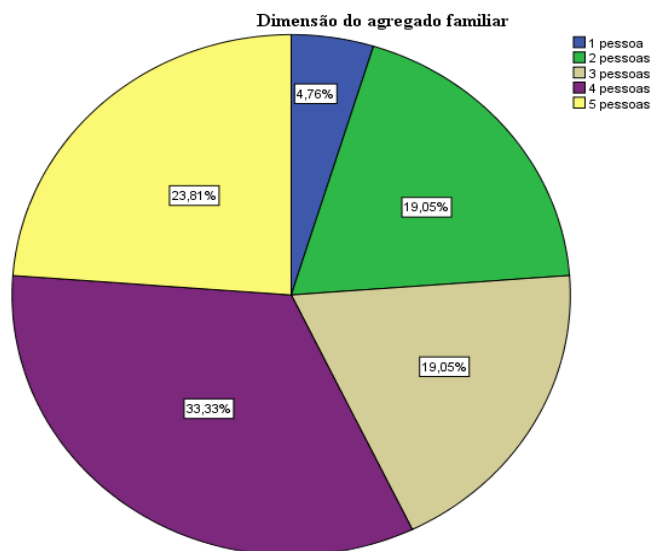
Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo D 5 - Categoria Profissional



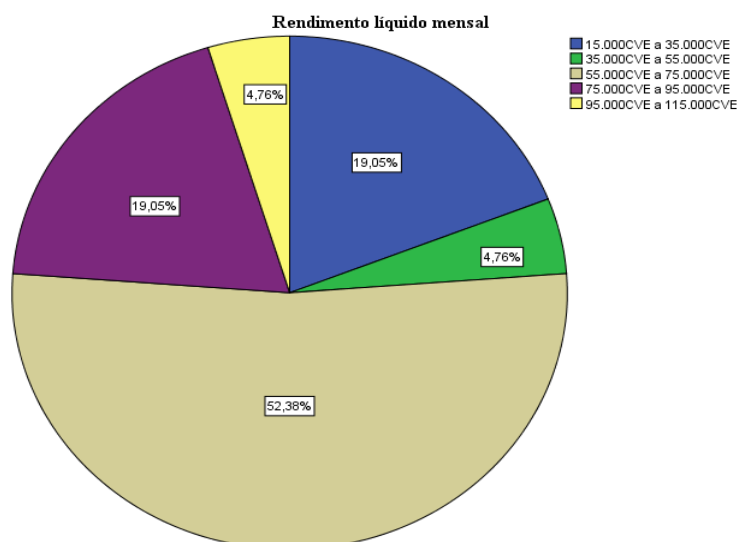
Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo D 6 - Dimensão do agregado familiar



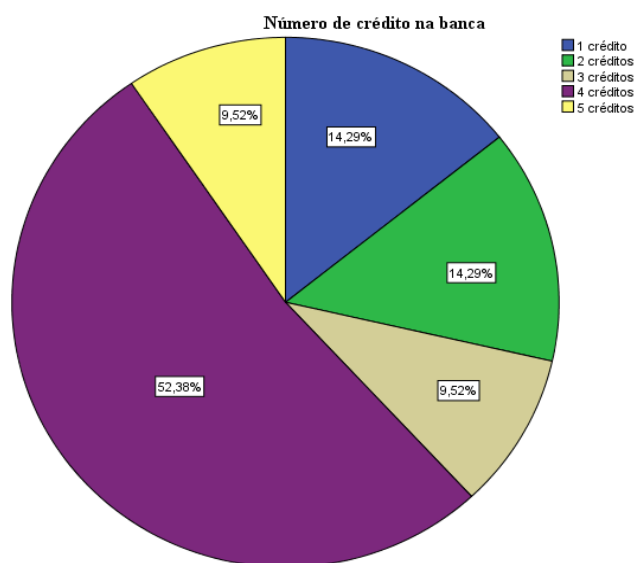
Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo D 7 - Rendimento mensal líquido



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo E - Número de crédito na banca



Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo F - Número de prestação média vencida

	Estatística			N
	Média	Mediana	Moda	
Número de prestação em atraso	3,48	4,00	4,00	21,00

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo G - Número médio de crédito na banca

	Estatística				N
	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	
Número de crédito na banca	3,43	4,00	4,00	1,139	100,00

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo H - Correlação Linear (Pearson)

		Rendimento líquido mensal	Número de prestação em atraso
Rendimento líquido mensal	Correlação Pearson	1	0,214
	Sig (2-tailed)		0,353
Número de prestação em atraso	Correlação Pearson	0,214	1
	Sig (2-tailed)	0,353	
	N	21	21

Fonte: produção própria com base em dados do inquérito

Anexo I - Crédito em Risco - Anexa à circular série A n°166/2012

Crédito em risco corresponde ao conjunto dos seguintes elementos:

1. Valor total do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos por um período igual ou superior a 90 dias. Os créditos, em conta corrente não contratualizados deverão ser considerados como crédito em risco decorridos 90 dias após a verificação dos descobertos;
2. Valor total em dívida dos créditos reestruturados, não abrangidos na alínea anterior, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados refinanciados a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçados as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total de capital em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos;
3. Valor total do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas que sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor. Em caso de insolvência do devedor, os saldos recuperáveis poderão deixar de ser considerados em risco após a homologação em tribunal do respetivo acordo ao abrigo do código de insolvência e recuperação de empresas, caso não persistam dúvidas sobre a efetiva cobrabilidade dos valores em dívida.

Anexo J - Inquérito (Questionário)

QUESTIONÁRIO

O presente questionário tem como principal objetivo traçar o perfil das famílias endividadas e identificar as possíveis causas do incumprimento do crédito destinados a particulares. Será aplicado às famílias do bairro de Palmarejo - Praia, tem em vista complementar a parte prática da dissertação de mestrado em Economia Monetária e Financeira cujo tema se intitula “Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde” da autora Maria José Agues Cardoso.

OBS: Por favor, se tiver mais de um tipo de crédito assinale uma cruz, em ambos, e identifique os montantes correspondentes.

Parte I – Perfil dos mutuários

1 – Por favor, indique o seu género.

Masculino Feminino

2 – Por favor, indique o seu estado civil.

Casado(a) Solteiro(a) União de facto Divorciado(a) Viúvo(a)

3 – Por favor, diga a sua faixa etária.

18 a 24 anos 25 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos 56 a 65 anos
 superior a 65 anos

4 – Por favor, indique o seu nível de escolaridade.

Ensino Básico Ensino Secundário Bacharelato Licenciatura Mestrado
 Mestrado Pós Doutoramento

5 – Por favor, indique a sua categoria profissional.

- Técnico de Empresa Privada Técnico de Empresa Pública Professor universitário
- Técnico de Administração Pública Gestor da Empresa Privada
- Gestor da Empresa Pública Gestor da Administração Pública

Outra:

6 – Por favor, indique o seu rendimento líquido mensal.

- A - Até 15 000ECV B - 15 000CVC a 35 000ECV C - 35 000CVC a 55 000ECV
- D - 55 000CVC a 75 000ECV E - 75 000CVC a 95 000ECV
- F - 95 000CVC a 115 000ECV G - Superior a 115 000ECV

7 - Por favor, indique a dimensão do seu agregado familiar.

- A - 1 pessoa B - 2 pessoas C - 3 pessoas D - 4 pessoas E - 5 pessoas
- F - Superior 5 pessoas

Parte II – Endividamento, incumprimento e sobre-endividamento das famílias

1 – Por favor, indique o número de crédito na banca.

- A - 0 crédito B - 1 crédito C - 2 créditos D - 3 créditos E - 4 créditos
- F - 5 créditos G - Superior 5 créditos

2 – Por favor, diga qual é a entidade credora?

- A - BAI - Banco Africano de Investimentos Cabo Verde
- B - BCA - Banco Comercial do Atlântico
- C - BCN - Banco Caboverdiano de Negócios
- D - BI - Banco Interatlântico
- E - CECV - Caixa Económica de Cabo Verde

Crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias em Cabo Verde

F – Outra, indique:

3 – Por favor, indique o tipo de crédito concedido pelo banco.

A - Crédito à habitação

B - Crédito automóvel

C - Crédito à formação

D - Crédito ao consumo

E - Outro, indique:

4 – Por favor, indique o montante do empréstimo.

A - até 250 000ECV

B - 250 000ECV a 500 000ECV

C - 500 000ECV a 750 000ECV

D - 750 000ECV a 1 000 000ECV

E - 1 000 000ECV a 2 500 000ECV

F - 2 500 000ECV a 5 000 000ECV

G - Superior a 5 000 000ECV

5 – Por favor, indique o prazo de crédito.

A - até 1 ano

B - 2 anos

C - 3 anos

D - 4 anos

E - 5 anos

F - 10 anos

F - 10 anos

G - 15 anos

H - 20 anos

I - 25 anos

J - 30 anos

L - Outro, indique:

6 – Por favor, diga qual é a garantia solicitado pelo banco?

A - Fiança

B - Hipoteca

C - Outra, indique:

7 – Tem prestação em atraso?

A - Não

B - Sim

Se sim, por favor indique o (s) número (s) de prestação (s) em

atraso.

A - 1 prestação

B - 2 prestações

C - 3 prestações

D - 4 prestações

E - 5 prestações

F – Superior a 5 prestações

8 – Por favor, indique o montante em atraso de pagamento.

A – até 10 000ECV B – 10 000ECV a 25 000ECV C – 25 000ECV a 35 000ECV

D – 35 000ECV a 45 000ECV E – 45 000ECV a 55 000ECV

F – 55 000ECV a 65 000ECV G – 65 000ECV a 75 000ECV

H – 75 000ECV a 85 000ECV I – 85 000ECV a 95 000ECV

J – 95 000ECV a 105 000ECV L – superior a 105 000ECV

9 - Por favor, indique o (s) motivo (s) no incumprimento do pagamento das prestações.

A - Desemprego B - Divórcio C - Doença D - Redução do rendimento disponível

E - Degradação das condições de emprego F - Despesas com a educação

G - Outro, indique:

Praia ___/___/_____

Obrigada pela sua colaboração.